



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 67

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 7 de Março de 2007

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)

No Período de Informação Parlamentar foi apresentada a correspondência.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos deu-se continuidade ao debate sobre a intervenção do Sr. Deputado Luís Henrique Silva (*PSD*), proferida no dia anterior.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Encerrado o debate, iniciou-se novo período para tratamento de assuntos de interesse político relevante com a participação no debate dos Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Jaime Jorge (*PSD*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), José Ávila (*PS*), José San-Bento (*PS*), Mariana Matos (*PS*), Osório Silva (*PS*), António Ventura (*PSD*), António Toste (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), José Lima (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), bem como do Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Agenda da Reunião

- **Apresentação do Projecto de Resolução que “recomenda ao Governo Regional dos Açores a elaboração de um relatório informativo e explicativo sobre o clima e qualidade do ar na Região, a apresentar ao Parlamento, com periodicidade anual”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para o efeito usou da palavra o Sr. Deputado António Ventura.

- **Recurso para plenário nos termos do artigo 121º do Regimento,** apresentado pelo Sr. Deputado Independente.

O recurso foi rejeitado por maioria.

- **Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Regime das precedências protocolares e do luto regional na RAA”.**

Usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Coelho (*PS*).

Submetido à votação o Projecto foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Coelho (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos proceder à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Fernanda Correia Garcia **Trindade**
Fernando Manuel Machado **Menezes**
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Hélder Guerreiro Marques **Silva**
Henrique Correia **Ventura**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Gabriel Freitas **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Nuno André da Costa Soares **Tomé**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre o Projecto de Lei 363/X – “Altera o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 53/2000, de 7 de Abril, e pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, impondo a transcrição digital georeferenciada dos Planos Municipais de Ordenamento do Território.”

Baixou à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, pedido de parecer sobre o Projecto de Lei 359/X – “Elimina a discriminação em razão da nacionalidade do passageiro no acesso ao subsídio ao preço do bilhete público nos serviços aéreos regulares que envolvam as regiões autónomas, periféricas, em desenvolvimento ou com fraca densidade de tráfego”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional – Regime das precedências protocolares e do luto regional da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Sociais parecer sobre o Projecto de Lei 347/X que “determina a realização de concurso para a selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o ano lectivo de 2007/2008.

Presidente: Apresentada a correspondência, vamos dar continuidade ao debate de ontem sobre a intervenção do Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Regra geral, os debates que se prolongam para o dia seguinte, acabam por não justificar intervenções, mas, de qualquer das formas, optou o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ontem, na sua intervenção, antes de terminarmos o nosso tempo regimental, por tecer um conjunto de acusações ao Governo Regional e ao Sr. Presidente do Governo Regional que a verdade impõe que se repudiem aqui hoje.

A minha intervenção começa exactamente por repudiar aquelas que foram as declarações do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD em relação às faltas de reuniões do Governo Regional e do Sr. Presidente do Governo Regional, com a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e com o Presidente da mesma.

Gostava de reafirmar aquele que é o entendimento que o Governo Regional tem em relação à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, como em relação a toda e qualquer Câmara Municipal da Região Autónoma dos Açores.

Em primeiro lugar, nunca ficou um assunto que interessasse aos graciosenses por resolver ou por tratar, em virtude de qualquer comportamento ou escusa por parte do Governo Regional.

Nós queremos confiar que o que está aqui em causa é um mal entendido, porque nunca chegou ao Governo Regional, da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, o facto de se sentir lesado, do ponto de vista democrático, por uma circunstância que efectivamente não existe.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa está presente em reuniões em que não está apenas o Sr. Presidente do Governo Regional, mas estão todos os Membros do Governo Regional.

Portanto, gostaria, repudiando as afirmações do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, de dizer o seguinte:

O Governo Regional considera a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, como aliás considera todas as Câmaras Municipais dos Açores, como um parceiro institucional com o qual nós temos a obrigação e o dever de trabalhar, porque foi isso que os açorianos nos disseram: “os senhores são o Governo Regional, estes senhores são responsáveis pelas câmaras municipais, e agora têm que trabalhar”.

É isto que o Governo Regional tem feito e é isto que o Sr. Presidente do Governo Regional tem feito.

Portanto, aproveitando ou não o facto de ontem já estarmos em final de debate, não pode ficar sem resposta, nem pode ficar sem repúdio, a tentativa do Grupo Parlamentar do PSD de introduzir no debate factores que não têm nada a ver com a realidade e que só contribuem para criar um mau estar institucional entre dois parceiros que os açorianos disseram que deviam trabalhar.

Fica o registo e fica a reposição da parte do Governo Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retomamos este assunto porque ele ficou inacabado. Fazemo-lo no início e na frescura dos trabalhos de hoje e, em primeiro lugar, ao nível do tom do debate, gostaria de dizer que, ontem, embora em aparte, fui excessivo nos apartes que fiz a respeito da intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses e quero, nessa medida, apresentar-lhe o meu pedido de desculpas, sem prejuízo disso, porque penso que nós debatemos com ardor, com verdade e com frontalidade, mas dentro de um nível de

auto-regulação em que felizmente considero que todos nós e esta casa estamos muito bem.

Posto isto, gostaria de dar a minha opinião e de rebater aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses.

O Sr. Deputado começou por dizer, embora tenha depois emendado, que o Governo Regional e os Membros do Governo Regional nunca tinham reunido com os Srs. Presidentes de Câmara, no caso da Graciosa e em geral.

Eu recordo, em nome dos factos, que ao nível do figurino das visitas estatutárias, os Governos Regionais do Partido Socialista, e começando pelo VII Governo, começaram por seguir, creio, o figurino que vinha de trás, ou seja, por reunir com as respectivas câmaras municipais ao nível das respectivas ilhas.

Esse modelo foi efectivamente alterado – e eu sou co-responsável por isso, porque era governante na altura e tinha, de algum modo, a meu cargo a organização dessas visitas ao nível do Governo – para um modelo que ainda hoje considero, quantitativa e qualitativamente, melhor. Ou seja, o Governo Regional passou a reunir nas respectivas ilhas, em termos institucionais, com os conselhos de ilha.

É preciso não esquecer a este respeito que nos conselhos de ilha estão, nessa qualidade e por isso por inerência, os Srs. Presidentes de Câmara.

Não é ao nível pessoal, não é por terem sido eleitos em qualquer outra circunstância, é na qualidade de presidentes de câmara.

Por isso mesmo considero que também por essa razão o facto de se ter passado para os conselhos de ilha aumenta, ao nível quantitativo, o número de entidades que podem participar e dialogar com o Governo a respeito dos assuntos da respectiva ilha e, portanto, é naturalmente uma melhoria.

Há também aqui uma questão que nós precisamos deixar absolutamente clara, é que sendo fundamental o diálogo e a auscultação, neste caso, dos senhores autarcas, a verdade é que, e independentemente da sua inegável legitimidade democrática e política, eles são eleitos para o exercício de determinado tipo de competências.

Cabe a nós, a esta casa, aqui ou noutra sítio qualquer, fiscalizar a acção governativa. Também aí houve uma melhoria porque os Srs. Deputados, embora sem direito a

voto, pertencem ao conselho de ilha e também passam nessa medida a acompanhar e a estar nessa reunião institucional com o Governo Regional.

Esse modelo, na minha opinião, tal como ontem, continua a ser melhor, continua a ser mais abrangente, continua a ser quantitativa e qualitativamente melhor. Denota, para além da vontade de revitalizar e de dar um contributo nesse sentido, a importância dos conselhos de ilha, uma vontade verdadeira de diálogo por parte do Governo Regional com as forças vivas das respectivas ilhas.

Também não tenho conhecimento, como há pouco referiu o Sr. Secretário Regional da Presidência, que nessas ilhas ou até fora disso, haja, por exemplo, qualquer dificuldade dos Srs. Presidentes de Câmara em falar com o Governo Regional, quer seja com o Sr. Presidente, quer seja com o Sr. Vice-Presidente e com os senhores secretários. É importante deixar essa ideia porque ontem até falávamos num caso concreto, o de Santa Cruz da Graciosa.

O que eu posso testemunhar na qualidade de ex-governante é que houve pelo menos uma vez em que tivemos muita dificuldade, apesar da vontade do governo de então, do VIII Governo Regional, em reunir com o Conselho de Ilha da Graciosa por falta de quórum, situação que, como devem calcular, o Governo Regional e a sua vontade foram completamente alheios.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta atitude do Grupo Parlamentar do PS deve ficar registada no sentido de considerar as suas palavras, aceitar o pedido de desculpas, desejando que esta atitude também sirva para que muitas vezes no calor do debate ou noutras circunstâncias que nem são aqui reproduzíveis se façam ataques pessoais que não dignificam em nada este Parlamento. Nesta medida, gostaria que ficasse registado.

No que concerne à segunda questão, ficou aqui realçado que é entendimento do Partido Socialista e do Governo Regional, confirmado de resto na prática destes últimos anos, de que dirigindo-se a uma qualquer autarquia dos Açores, a uma

qualquer câmara municipal dos Açores, não consideram necessário, não consideram importante, reunir com a respectiva câmara municipal. É o entendimento do Partido Socialista e do Governo Regional e é um entendimento que, de resto, denuncia a importância, o respeito que o Governo Regional e o Partido Socialista têm para com o poder local, para com as câmaras municipais.

Também foi aqui dito que não é conhecido nenhum facto, nenhum assunto que tenha ficado por resolver, que tenha sido atrasado por não haver este contacto.

Foi-nos relatado, neste contacto de trabalho em Santa Cruz da Graciosa, que o Plano Director Municipal da Graciosa, depois de aprovado na respectiva Assembleia Municipal, levou meses e meses, depois de ser promulgado, para ser publicado, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com outras autarquias dos Açores. Isto é, depois do processo concluído, depois da respectiva promulgação juntamente com outra autarquia dos Açores, este foi atrasado durante vários meses.

Também quero dizer que isto não é novidade. Foi o próprio Presidente do Governo Regional dos Açores, então na qualidade de Presidente do Partido Socialista, que em comício, em Santa Cruz da Graciosa, conforme muitos açorianos se lembram, para aconselhar o voto no candidato do Partido Socialista em detrimento do candidato do Partido Social Democrata, que por acaso veio a ser vencedor (o actual Presidente de Câmara, José Ramos Aguiar), dizia que era muito melhor votar no candidato do Partido Socialista porque ele pega no telefone e pelo telefone se resolve o problema. Foi dito isso em campanha eleitoral em 2001, na Graciosa relativamente ao então candidato do Partido Socialista, José Nascimento. Foi isso que foi dito na altura e os açorianos têm memória.

O que quero dizer com isto é que não é novidade. É um procedimento, é uma prática, é uma estratégia é um entendimento.

Em Santa Cruz da Graciosa, o actual presidente, José Ramos Aguiar, já exerce funções há 5 anos. Supostamente, o Governo tem ido à Graciosa todos os anos no âmbito da visita estatutária e em nenhuma das vezes o Governo Regional dos Açores sentiu necessidade, achou importante, reunir, institucional e oficialmente, com a Câmara Municipal que representa aquele povo.

É este o entendimento do Partido Socialista e do Governo Regional. Não é este o entendimento do Partido Social Democrata e foi isso que quis deixar claro na minha intervenção. Deixar claro que a percepção que o PSD trouxe a este debate sobre a realidade da Ilha Graciosa resultava não de qualquer percepção ou preconceito pessoal de alguns dos Srs. Deputados, mas fundamentalmente dos contactos que fizemos com as instituições da Ilha Graciosa e sobretudo com o poder local, com as juntas de freguesia, com a câmara municipal, independentemente da cor partidária dos respectivos titulares.

O PSD reuniu, por exemplo, com a Junta de Freguesia de Santa Cruz da Graciosa, que é de maioria socialista.

O que quis dizer na minha intervenção é que a nossa percepção resulta do conhecimento, da prática e do trabalho de todos aqueles que trabalham a favor das populações, no caso em especial, do poder local e dos autarcas, independentemente da sua cor partidária, em contraponto àquilo que é a actuação do Governo Regional e do Partido Socialista que visita as localidades, vai aos concelhos, vai às freguesias e não reúne institucionalmente com os respectivos autarcas.

É esta diferença que quis enaltecer aqui e é desta diferença que também resulta a percepção que o Grupo Parlamentar do PSD trouxe dos dias de trabalho na Ilha Graciosa.

É pela diferença que se faz a política.

É pela diferença que os cidadãos têm a possibilidade de escolher aqueles que querem que os represente.

É por isso que quisemos deixar aqui esta diferença.

É o entendimento do Partido Socialista e do Governo Regional, é o entendimento do Partido Social Democrata.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente há aqui coisas que necessitam de clarificação, certamente por falha minha, por eu não me ter explicado bem.

Sr. Deputado Clélio Meneses, a perspectiva do Governo é, repito, considerar todas as câmaras municipais como parceiros institucionais com os quais o Governo tem a obrigação e o dever de trabalhar, sejam eles do PS, do PSD, do Bloco de Esquerda, do CDS/PP, seja qual for a “família política”.

Os governos da responsabilidade do Partido Socialista aquilo que têm feito é exactamente isto. Isto vem provar exactamente a perspectiva do Governo segundo a qual não é por falta de comunicação entre Poder Local e Poder Regional que há assuntos que não se resolvem.

Aliás, a propósito de modelos de visitas oficiais, tanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa considerou válido o modelo de reunião do Conselho de Ilha...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o único que tem!

O Orador: ... que até no próprio Conselho de Ilha levantou, por exemplo, a questão do Plano Director Municipal. Ou seja, o próprio Sr. Presidente de Câmara considera aquele um fórum válido para tratar destes assuntos.

Em relação a esta matéria certamente o PSD sabe que o Plano Director Municipal de Santa Cruz da Graciosa esteve menos tempo no Governo Regional do que o tempo que levou a câmara municipal, entre a decisão de o mandar elaborar, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas levou mais tempo que os outros!

O Orador: É natural porque não são todos iguais e alguns exigem mais estudo do que outros. Como é que é? Queria que assinassem de cruz?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não!

O Orador: Ah! Não quer!

De qualquer das formas, há um outro aspecto que eu gostava de clarificar aqui. Por várias vezes nesta Assembleia, o Grupo Parlamentar do PSD surge querendo vestir a pele do grande paladino do diálogo, do grande paladino de ouvir os açorianos, do partido que anda lá fora a conversar com as pessoas, querendo empurrar o Governo Regional e os restantes partidos desta Assembleia para a posição de quem está fechado aqui dentro. Isto não é verdade! Consciente ou inconscientemente os senhores querem fazer este caminho, mas isso

não é verdade. Os senhores não têm o monopólio do diálogo com os açorianos. Os senhores não têm o monopólio de ouvir os açorianos. Percebe?

Nem sequer aqui dentro os senhores têm o monopólio de trazer aqueles que são os anseios dos açorianos para esta casa, a começar por este Governo que também anda no terreno, que também anda lá fora, também anda a ouvir os açorianos, porque é exactamente assim que este governo vai conhecendo o impacto das suas políticas. Portanto, a forma como os senhores pretendem surgir neste debate, de querer uma legitimidade acrescida para participar e para criticar, não tem qualquer sentido e é importante que isso seja dito aqui.

Os senhores nesta matéria são mais um partido, por acaso o maior partido da oposição.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não é por acaso!

O Orador: Não é por acaso, exactamente. E também não é por acaso que o Partido Socialista é o maioritário.

De qualquer das formas o que resulta daqui e aquilo que eu gostaria de realçar nesta intervenção era exactamente isso. Os senhores não chegam aqui com a legitimidade acrescida. Os senhores não são os únicos que andam lá fora a ouvir as pessoas, convençam-se disso!

Deputado Costa Pereira (PSD): Já está a repetir-se!

O Orador: Estou a repetir porque parece que os senhores não percebem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para pôr um ponto final neste debate e esclarecer algumas questões que também parece que o Sr. Secretário Regional não entendeu ou eu não me consegui explicar.

Desde logo, para dizer que não pode de nenhum modo acusar o PSD de querer ter o monopólio do que quer que seja. Quem quer ter o monopólio nos Açores é exactamente o Partido Socialista e o Governo Regional, conforme tem demonstrado de forma clara a sua prática durante estes anos.

De resto, não acuse o PSD de querer empurrar o PS ou de querer fechar o PS. É o próprio PS que se fecha em si próprio, porque é o próprio PS e é o próprio Governo Regional que evita contactar com os legítimos representantes do povo. É o próprio PS e o Governo Regional que não quer contactar directamente com os autarcas legitimamente eleitos.

Sr. Secretário Regional, que fique bem claro para que percebamos isso de uma vez por todas. Não pode de nenhum modo comparar-se as responsabilidades, as competências, as atribuições e as preocupações do Conselho de Ilha, com as competências, atribuições, legitimidades e preocupações de uma câmara municipal, até, e desde logo, por uma muito diferente legitimidade eleitoral e democrática. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Obviamente que o Conselho de Ilha é um órgão legítimo, um órgão democrático, com a sua importância, que todos reconhecem, mas tem as suas competências e atribuições específicas, tem as suas preocupações específicas, desde logo, pela sua composição.

No entanto, a câmara municipal tem as suas competências, as suas atribuições, as suas responsabilidades, os seus eleitos, que até são aqueles que foram directamente eleitos pelo povo, o que não acontece designadamente pelo conselho de ilha na sua configuração institucional.

São duas coisas diferentes, são duas instituições diferentes. Daí a vossa interpretação que não é necessário reunir directamente com as câmaras municipais. O PSD entende que é necessário reunir directamente com as câmaras municipais. É isso que nos distingue, é esta a diferença e parece-me que este debate também serviu para que isso ficasse claro.

Última clarificação:

Relativamente à média de tempo entre aquilo que é a aprovação em Conselho de Governo e aquilo que é a remissão para publicação e aquilo que aconteceu relativamente ao Plano Director Municipal de Santa Cruz da Graciosa a diferença é abismal, porque depois do Governo Regional aprovar em Conselho de Governo, Sr. Secretário Regional, sabe muito bem o senhor e sabem os Srs. Deputados, depois de estar aprovado não há mais que estudar, está aprovado. Pode ir de imediato para publicação. É assim ou não, Sr. Secretário Regional?

Sabe o que é que aconteceu relativamente ao Plano Director Municipal de Santa Cruz da Graciosa? Depois de todos os estudos que envolveram a Câmara Municipal e o Governo Regional, que levaram muito tempo (acho que não é necessário falar sobre este processo, porque é da responsabilidade de uns e de outros e há-de ser apurado em devido tempo e de acordo com as devidas atribuições de cada um), depois de ser aprovado em Conselho de Governo, isto é, depois do Conselho de Governo entender que estava concluído o processo, levou meses para ser remetido para publicação.

Recordo ao Sr. Secretário Regional que foi aprovado no Corvo a 5 de Outubro e só em Janeiro do ano seguinte é que foi enviado para publicação. Por que é que esteve a marinar ou, e parece que é um conceito jurídico novo do actual Governo Regional, a maturar depois da aprovação para a efectiva publicação?

Um dia há-de saber-se o que é que aconteceu, mas os graciosenses também têm que saber que depois do seu Plano Director Municipal ser aprovado na respectiva Assembleia Municipal, depois de todo o processo legítimo e necessário no âmbito do Governo Regional e depois de ser aprovado, o Governo Regional quis aguentar esse processo, pelo menos, 3 meses para efectiva publicação.

Esta é a verdade e estas são as diferenças e é nesta altura que elas devem ser esclarecidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Clélio Meneses, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, se calhar aí a responsabilidade é minha, ...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Diga ao Representante da República, porque tem que mandar um ofício!

O Orador: ... mas não é isso que está em causa, porque nós começamos o nosso debate ontem, com outras matérias que foram derivando para estas.

No entanto, gostaria de clarificar um aspecto que me parece importante, que é esta ideia que o PSD - que foi reiterado pelo Sr. Deputado Clélio Meneses - é que se apresenta como o grande partido da abertura, o grande partido de auscultar a posição dos açorianos.

O que se passou na política marítima europeia é bem exemplo desta vontade de participação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Cada um responde por si!

O Orador: De qualquer das formas a maneira como o Governo Regional se tem relacionado com as autarquias locais, sejam elas Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesias, nomeadamente no concelho de Ilha, é bem a prova de querer aproveitar as visitas oficiais – aliás esse aspecto já foi referido pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS – para uma maior abertura em termos de colher a sensibilidade de diversas forças que integram o concelho de ilha.

Não é a questão de uma maior ou menor legitimidade democrática, que retira validade, pelo menos na perspectiva do Governo Regional, àquele que é o trabalho desenvolvido pelos concelhos de Ilha, nomeadamente quando a propósito das vistas oficiais reúnem com o Governo Regional.

Era essa clarificação que me parece importante e que nas palavras do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD necessitava de ser clarificada.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A constatação empírica dos novos fenómenos precede sempre o conhecimento e exige a adaptação e a criação de novos instrumentos, mais adequados à realidade. Assim, acontece também com a política e a legislação portuária.

Um novo fenómeno que se tem vindo a verificar nos sectores portuários e dos transportes, a nível global, é a crescente necessidade que as indústrias demonstram de externalização de todo o processo das funções da logística e da distribuição. Tem vindo a surgir novos operadores logísticos dominados por empresas especializadas ao nível global, da produção ao local de consumo, que oferecem todos os serviços de transporte, organização, distribuição, pequenas montagens, adaptação às exigências do consumidor final, etc.

Assim, muitos portos mundiais, nomeadamente os do norte da Europa, tem vindo a adoptar modelos de concessão de terminais portuários dedicados aos navios e cargas de certos armadores ou que são servidos por determinado operador ou cadeia logística específica, desde que possuam uma dimensão mínima de mercado.

Tal figura, de concessão, permite ao concessionário controlar totalmente a passagem das respectivas cadeias logísticas por um dos elos mais fracos, o portuário, em adequadas condições de eficiência, custos e velocidades de operação e segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

A gestão de terminais tem assumido tradicionalmente, em Portugal, a forma de Gestão do Estado e operação por privados em livre concorrência, com problemas ao nível da qualidade de serviço, salários acima da média da economia e falta de flexibilidade e de eficiência, situação que pouco se alterou, apesar das inúmeras concessões, por falta de desregulamentação da mão-de-obra portuária.

Em qualquer caso deverá ser garantida a concorrência intra portuária sempre que a maioria dos clientes a servir sejam empresas e /ou indústrias regionais as quais dada a nossa natureza arquipelágica, não tem possibilidade de optar por um outro porto sendo que, cada porto tem de prestar um verdadeiro serviço público, servindo todos os navios, carregadores, recebedores ou operadores logísticos, sem distinção, preferência ou prioridade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

Um porto comercial moderno pode dizer-se que constitui, presentemente, um grande centro logístico. Não apenas circulam, por ele, muitos navios e fluem inúmeras mercadorias, como também, com ele e através dele, se estabelece uma intensa troca de informações, à velocidade que a electrónica proporciona. Trata-se de um imenso espaço real e virtual, cujos limites e propriedades vão para além dos da Administração Portuária restrita, para se prolongarem pelos de toda a comunidade portuária, e mesmo pelos da sociedade envolvente.

Num espaço, de tal modo abrangente, só se conseguem níveis superiores de desempenho se o porto funcionar como um centro logístico, actuando os seus múltiplos operadores e agentes de forma articulada.

Embora à Administração Portuária pertença a função básica de conduzir os desígnios do porto, por mais que este mesmo porto seja eficaz na prestação de serviços, ao navio e à carga, não pode desligar-se o utente portuário do próprio destino do porto, que o mesmo é dizer da sua missão de verdadeiro centro logístico, dotado de atributos vários, como a agilidade, a flexibilidade, a economicidade, o princípio dos poderes partilhados, a tenacidade, a dinâmica comercial e ao mesmo tempo a não agressividade ambiental.

A logística é, na sua expressão mais abrangente, um sistema de entregas ou distribuição física, preocupado com a gestão dos tempos e dos custos.

É por isso fundamental que a Administração Portuária conheça o desenho do sistema logístico portuário em operação no seu porto dado que, este tem a ver com o modo como os navios nele são operados e assistidos, e com a maneira como as mercadorias são manuseadas nos vários locais desse porto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

A grande abrangência, reconhecida à nova função das Administrações Portuárias de actuarem, como “pivot” de um moderno centro logístico traz-lhes exigências acrescidas em matéria de estruturação de serviços. Cabe pois às Administrações Portuárias e às Comunidades Portuárias executarem um programa de trabalho a curto prazo de forma a:

- Detalhar os fluxos de mercadorias de forma a aumentar a importância das cadeias logísticas no porto;
- Identificar os principais elos das cadeias logísticas dos portos e avaliar os respectivos desempenhos;
- Simplificar os processos de forma a reduzir os custos no acesso dos navios aos portos;
- Concertar uma melhor prestação de serviços de todos os agentes que actuam no porto;
- Criar a Comunidade Logístico-Portuária com base na Comunidade Portuária;
- Promover um ambiente favorável ao investimento público e privado;
- Manter um clima laboral que minimize ou evite greves de pessoal do porto;
- Contribuir, dentro do possível, para a desregulamentação da mão-de-obra portuária;

- Assegurar a reserva estratégica de solos, mais ou menos contíguos ao porto, para a instalação das actividades necessárias a este.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por todas estas razões a política comum europeia para os portos deve, tal como refere o Anteprojecto de Parecer, de 29 de Janeiro de 2007, sobre uma política comum europeia para os portos marítimos, garantir o desenvolvimento sustentável da capacidade portuária, estabelecer um quadro claro para o financiamento dos investimentos portuários, clarificar as formas de acesso ao mercado dos serviços portuários, eliminar os estrangulamentos operacionais, apoiar a segurança e a fiabilidade das operações e das condições de trabalho nos portos e promover a competitividade geral e uma imagem positiva dos mesmos.

Embora estes temas correspondam, grosso modo, aos apresentados pela Comissão Europeia e, a discussão sobre a directiva relativa aos serviços portuários já tenha produzido alguma informação em domínios como o funcionamento portuário e os respectivos estrangulamentos nomeadamente, os relacionados com os procedimentos administrativos, urge debater o desenvolvimento portuário sustentável por forma a implementar padrões de elevada fiabilidade e segurança.

Os portos marítimos são, na área dos transportes, um sector de forte crescimento, sobretudo devido ao tráfego de contentores sendo que, a capacidade portuária é insuficiente em várias regiões europeias aliás, os problemas de congestionamento que por lá sucedem também por cá os conhecemos particularmente nos casos dos portos comerciais das Velas de S. Jorge e de S. Roque do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os órgãos de gestão dos portos devem rever o seu papel tradicional de autoridades portuárias já que, por um lado os portos concentram-se cada vez mais em cadeias logísticas cuja repartição de competências dentro da cadeia logística se esbate cada vez mais e, por outro lado a eficiência destes depende também cada vez mais da eficiência dos serviços prestados, não apenas na zona interior do porto mas também na orla marítima adjacente o que, nos leva imediatamente a questionar o papel da Autoridade Marítima e da legislação aplicável em matéria de segurança.

O documento, atrás referido, é claro ao afirmar que, não é aceitável nem razoável um ordenamento portuário centralizado aos níveis Nacional ou da União Europeia e de que devem ser os órgãos de gestão dos portos, em conjunto com as autoridades regionais, a ter em conta as avaliações económicas, sociais e de serviço público conformes com padrões de rigor, qualidade e resposta às necessidades específicas dos mercados a servir.

Além dos problemas estruturais relacionados com a falta de capacidade das infra-estruturas de que já referi, Velas de S. Jorge e S. Roque do Pico, por vezes também ocorrem estrangulamentos nos serviços de movimentação horizontal e vertical de cargas, mas sobretudo ocorrem frequentemente estrangulamentos burocráticos ao nível das inspecções administrativas e da ineficiência dos transportes terrestres.

Das componentes, fiabilidade e segurança, depende a eficiência das operações portuárias as quais, apesar de todo o progresso científico e tecnológico, dependem em grande medida do factor humano o que explica a necessidade da existência de mão-de-obra portuária cada vez mais qualificada.

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito Bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para saudar o Deputado Lizuarte Machado por trazer a esta casa uma questão que o PSD entende que é de crucial estratégica e de fundamental importância, numa Região Autónoma com a geografia da Região Autónoma dos Açores.

No entanto, permita-me recordar-lhe – e na altura tivemos oportunidade de debater este assunto – que estávamos em 2004, na discussão do Programa do Governo para esta Legislatura, quando nesta casa eu afirmei, e passo a citar: “se as experiências internacionais não são para decalcar em espírito crítico, no sistema de transportes

marítimos de mercadorias, podem ajudar a dissipar dúvidas e evidenciar que as limitações e condicionamentos desajustados e desadequados no acesso aos mercados, são potenciadores de ineficiência.

Por isso mesmo o PSD defende a implementação de um sistema de transportes marítimos de mercadorias, que inclua a criação de subsistemas de transportes marítimos inter-ilhas e de logística.

Concertando essas actividades complementares podemos ganhar eficiência a alternativas de tráfego e competitividade.

Isto sim é que é estratégico.

O desenvolvimento da actividade da logística pode assim introduzir na gestão de tráfego de mercadorias, ganhos acrescidos por via da eficiência na actividade de concentração e distribuição”.

O PSD disse e volta aqui a repetir – estou a citar - “... no sistema de transportes marítimos, o subsistema de logística, as infra-estruturas portuárias, tem de constituir-se, por isso, um corpo coerente e consistente”

Dizia na altura, no vosso Programa do Governo, que muito pouco era dito.

O que está afirmado era e é manifestamente mal articulado.

Em todo o mundo desenvolvido é isso que acontece.

Vs. Exas. passavam e continuam a passar olímpicamente ao lado desta actividade de enorme valor acrescentado.

Devíamos estar já a trabalhar num sistema de gestão de tráfego, mas Vs. Exas. ainda vêm falar como no tempo dos Governos Cívicos, num serviço de transporte marítimo.

Termino, dizendo que o processo de logística pode e deve incluir também actividades de embalagem e etiquetagem de produtos, como se faz em todo o mundo, porque introduz no sistema enormes mais-valias.

Vs. Exas., dizia e reafirmo, continuam agarrados a gastar letras no conceito bolorento do serviço de transporte marítimo.

Congratulo-o mais uma vez com o tema aqui trazido.

É importante que esta casa discuta os temas que são estratégicos para a Região Autónoma dos Açores, introduza valor acrescentado, nas ideias que depois são traduzidas nos Programas do Governo, de modo a evitarmos, mais uma vez, termos

conceitos bolorentos e completamente ultrapassados, que não passam do “copy/paste” daquilo que se fez 4 ou 8 anos antes.

É pena, mas é o que está lá escrito, os senhores é que escreveram e eu citei apenas e só aquilo que há quase 3 anos reafirmei.

Parabéns ao Deputado Lizuarte Machado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Lizuarte Machado, nesta sua intervenção, não deixou de abordar aqui, embora de forma sintética e ao de leve, os problemas do porto de S. Roque do Pico.

Não é a primeira vez que se discute aqui nesta Tribuna, os problemas deste porto, porque os problemas sentidos neste porto são os problemas sentidos em toda a Ilha, já que é por este porto que entram todas as mercadorias adquiridas e consumidas nesta Ilha.

Por isso eu acho oportuno, nesta minha intervenção, questionar o Sr. Secretário Regional da Economia, no sentido de esclarecer qual a intenção do Governo Regional em cumprir as promessas para esta legislatura, relativamente ao reordenamento daquela baía, se as pretende enquadrar no novo QCA e qual o limite temporal para o início destas obras, no fundo para a execução e conclusão destes benefícios em toda aquela baía, quer para o transporte de mercadorias, quer para o transporte de passageiros?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não gostaria de fazer história, mas aqui vale a pena falar do passado.

Quando nós chegámos ao Governo, tínhamos de facto os portos mais caros do País.

Durante anos a fio, congelámos as taxas portuárias e conseguimos, ano após ano, reduzir os custos dos transportes marítimos através desta medida, conseguimos também racionalizar um pouco, em todos os portos, as operações portuárias.

Fizemos grandes investimentos em todos os portos da nossa Região. É verdade que tivemos intempéries, ninguém quer culpar o passado, se os portos estavam bem ou mal construídos, mas a realidade é que tivemos que intervir em praticamente todos os portos da nossa Região, desde Vila do Porto, Ponta Delgada, Praia da Vitória, Angra do Heroísmo, Horta, S. Roque, Madalena, Velas, Flores, enfim, todos os portos da nossa Região sofreram fortes intervenções, que custaram muito dinheiro ao erário público, mas que permitiram salvar infra-estruturas que estavam ameaçadas de ruína.

Como se pode ver, e claramente se percebe, há agora uma nova estratégia.

Os investimentos que estamos a fazer têm uma visão de futuro. Acontece em Santa Maria, com o Núcleo de Recreio Náutico, com a alteração que fizemos para o porto de passageiros; em Ponta Delgada com as Portas do Mar; o projecto da Praia da Vitória que não é só uma recuperação mas também um aumento do cais acostável, com a criação de uma nova gare marítima; em Angra do Heroísmo, com o projecto do plano integrado da baía de Angra; com o projecto que estamos a trabalhar agora na Horta, que vai virar esta cidade para o mar, ampliar a sua capacidade e modificar totalmente esta infra-estrutura portuária; na Madalena estamos também empenhados em realizar o projecto; em S. Roque do Pico e Velas, estamos já a encomendar os projectos, para fazer a ampliação e remodelação interna e nas Flores onde pensamos intervir provavelmente ainda este ano. Portanto é isto que eu vos tenho a dizer.

Mas isto são os investimentos físicos. São fundamentais, para que haja um novo futuro, uma nova perspectiva, uma nova visão para a actividade portuária dos portos da nossa Região, que não se vai limitar apenas à actividade de transporte de mercadorias, mas também ligar o porto com outra actividade económica extremamente importante que é o turismo, o recreio náutico, que é também o turismo de cruzeiro.

Estamos ainda a trabalhar no sistema tarifário, modificando, harmonizando as tarifas dos diversos portos dos Açores e paulatinamente temos vindo a realizar encontros, com autoridades nacionais, com gestores de portos nacionais para que a Região Autónoma dos Açores acompanhe todos os processos de desenvolvimentos que têm ocorrido no País.

Nós estamos claros da nossa dimensão, sabemos qual é o futuro e temos, nas diversas infra-estruturas portuárias, pessoas capazes de perceber as novas tendências do mercado.

Mais, é provável que após o investimento que está a ser feito em Ponta Delgada, que este porto possa, através da Portas do Mar, ser a primeira experiência duma concessão para os privados, ou seja o terminal de cruzeiros, no nosso entender, deverá ser mais tarde ou mais cedo, a primeira experiência de um terminal gerido por privados.

Mas, o próprio porto de Ponta Delgada, poderá evoluir nesta direcção, isto significa que à medida que vamos crescendo, à medida que vamos criando as infra-estruturas adequadas, em que o investimento base está feito, nós passamos só para actividade regulatória e damos aos privados a gestão do próprio porto.

Não será nesta Legislatura, mas numa próxima poderá ocorrer, por exemplo, em Ponta Delgada.

No que diz respeito aos investimentos em S. Roque do Pico, respondendo directamente ao Sr. Deputado Jaime Jorge, o que devo dizer é que, durante o QCA, esta obra seja feita. O que nós temos nesta legislatura, é realizar o projecto, preparar a situação, porque nós vamos fazer ainda em 2007 e em 2008 obras de grande dimensão, como seja, iniciar a obra da Horta, da Madalena, nas Flores e concluir um conjunto vasto de outras obras que estão a ser feitas, como seja, os Núcleos de Recreio Náutico de Vila do Porto, das Velas, o aumento do terraplano das Velas e a sua nova saída para o exterior, permitindo uma melhoria no tráfego e na Vila e também uma melhor organização da actividade portuária. Portanto, estamos a fazer grandes investimentos nestas infra-estruturas. Não podemos fazer tudo, vamos fazer aquilo que as capacidades financeiras permitam, mas estamos atentos ao futuro e não esquecemos o que os outros fazem, comparamos anualmente com os outros e estamos atentos à novas tendências do futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida.

Ou eu entendi mal a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, ou foi o Sr. Secretário Regional que não percebeu nada.

O Sr. Deputado Lizuarte Machado veio aqui trazer a esta casa uma intervenção sobre a gestão de terminais ao nível do transporte marítimo, logística. O Sr. Secretário nem uma palavra dirigiu à questão da logística. Continua a gastar o seu tempo a falar de obras, e obras e obras ...

Deputado Francisco Coelho (PS): É preciso é pagar as facturas!

O Orador: Sr. Secretário um Governo, não é um empreiteiro-mor. Um Governo serve para definir políticas, e quanto a esse novo conceito trazido já há dois anos pelo PSD, repetido, e muito bem, pelo Deputado Lizuarte Machado, relativamente à logística, nem uma palavra o senhor dirigiu.

É discutido um novo conceito, é discutida uma nova abertura, é discutida uma nova estratégia para o transporte marítimo e o senhor continua a dizer que no futuro é que iremos trabalhar na gestão do tráfego.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Estamos a trabalhar!

O Orador: Continua a fazer betão, quando os outros portos, os outros países desenvolvidos já estão a clicar no rato e a fazer transferência de mercadorias de um porto para o outro, dum país para o outro.

De logística o senhor não dirigiu uma única palavra, ao Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Fica registado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo está a ser muito dramático, relativamente a esta questão porque, como eu disse na minha intervenção, a logística é na sua expressão mais abrangente um sistema de entrega de que distribuição física, preocupado com a gestão dos tempos e dos custos.

Evidentemente que a logística é na sua essência isto. Eu referi também que as coisas funcionam à velocidade que a informática e os sistemas electrónicos permitem. Isso, obviamente, também acontece nos Açores.

É preciso ter presente que nenhum sistema logístico, por mais bem estruturado que seja, conseguirá funcionar e será minimamente eficaz sem as estruturas físicas que são necessárias para o seu funcionamento, sem as obras que o Sr. Secretário fez referência. Isso é absolutamente inquestionável.

Portanto, o Sr. Secretário foi absolutamente esclarecedor no que diz respeito à questão das Velas e de S. Roque do Pico e a outras obras que estão a ser levadas a cabo, que estão em conclusão ou em fase de estudo e nós em termos logísticos o que sabemos é que os conceitos têm evoluído para sistemas de transporte, que são os chamados sistemas porta-a-porta.

Evidentemente que nós nos Açores conhecemos muito bem segmentos desse transporte porta-a-porta, mas há outros que nós não conhecemos.

A minha chamada de atenção foi no sentido de que as administrações portuárias hoje, não são mais administrações portuárias na velha acepção da palavra, mas – até pelo facto de serem S.A – têm uma abrangência e devem-se movimentar dentro dessa abrangência e dentro da comunidade portuária, por forma a que todos esses circuitos logísticos sejam perfeitamente conhecidos e por forma a que os utentes possam ser encaminhados para os circuitos que lhes são mais favoráveis.

Se relativamente aos Açores a questão não se coloca no que diz respeito, por exemplo, ao transporte de graneis, sólidos ou líquidos, ou ao transporte de contentores, completos, coloca-se no que diz respeito às grupagens e, no que diz respeito às grupagens, não há dúvida nenhuma que os açorianos andam há muito a pagar “gato por lebre” e andam a pagar exactamente porque não conhecem o funcionamento do sistema e não recorrem ao sistema da forma mais clara e mais linear que deveriam fazer.

Isto leva, por outro lado, ao facto de existirem muitos, digamos, “arquitectos do transporte” neste sistema logístico que acabam por ser “arquitectos de vão de escada”, que não têm estrutura montada e que vivem parasitando o próprio sistema.

O que eu quis dizer foi que a função é hoje função e é obrigação das administrações portuárias conhecerem esses sistemas, mobilizarem a comunidade portuária para o conhecimento desses sistemas, por forma a que essa comunidade portuária, sejam eles carregadores ou recebedores, possa em consciência recorrer ao mercado em situações vantajosas.

Obviamente, que aqui não cabe ao Governo definir um sistema logístico. Um sistema logístico é aquilo que existe, é um mercado, é como ele funciona e nós estruturamos dentro dele o nosso próprio sistema logístico, aquele que, caso a caso, nos é mais vantajoso.

Não cabe ao Sr. Secretário da Economia definir um sistema logístico, isso não existe, isso não se define assim, mas cabe às administrações portuárias e às comunidades portuárias, conjugadas e se calhar motivadas, fazerem esses levantamentos para poderem efectivamente excluir esses “arquitectos da logistic”, “arquitectos de vão de escada”, que andam de facto a ficar com uma parte da factura marítimo portuária, mas que não andam a acrescentar nada ao sistema de transporte de e para os Açores.

Foi isso que eu quis dizer e penso que fui claro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aplaudo a sua intervenção!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nas intervenções do Sr. Deputado Jorge Macedo, já não é a primeira vez que utiliza termos destes.

O Sr. Deputado pensa que sabe tudo e que os outros não sabem nada.

Sr. Deputado existe à frente das administrações portuárias ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nunca disse isso! O senhor há-de dizer aquilo que eu disse! Não coloque na minha boca aquilo que eu não disse!

O Orador: ... pessoas capazes, que se reúnem periodicamente com o melhor que se faz no País e seguem as melhores tendências que se fazem no País.

Nós temos feito um esforço muito grande de racionalização, é por isso que o porto de Ponta Delgada é considerado, duas vezes e meia, mais barato que o porto do Funchal. Não é por acaso!

Nós soubemos trabalhar, racionalizar os nossos recursos de forma a produzir mais barato e ser mais rentável.

Quanto à logística Sr. Deputado, nós somos Açores, temos 242 mil habitantes, temos uma Ilha com 133 mil habitantes, que tem 54% da população.

O que o senhor fala de logística, quando se aplica aos Açores, reduz-se a coisas muito simples.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se são simples porque é que não estão feitas?

O Orador: Portanto, não é por aí que o senhor vai encontrar os ganhos de eficiência que o senhor está a pensar.

Sr. Deputado, veja o que se faz a nível de cada porto em termos de informatização, em termos do sistema MACAIS.

O senhor não sabe o que está a dizer, por isso fala.

Nós temos seguido aquilo que é possível. O Sr. Deputado pensa que “descobriu a pólvora”.

Uma coisa é estar no meio da Europa, num grande centro, onde nós podemos definir claramente tendências de mercado, outra é estarmos aqui nos Açores onde somos o que somos, pequenos e separados por 9 ilhas.

Portanto, quando se fala em logística no Corvo, nas Flores, na Graciosa, em S. Jorge, ou em Santa Maria essas palavras têm só um significado, obter um contentor o mais barato possível, diminuir o mais possível as tarifas portuárias, conseguir que as infra-estruturas portuárias satisfaçam melhor as operações portuárias, ou seja, o carregar e o descarregar do navio.

Basicamente as compras que se fazem nos Açores, fazem-se no mercado de Lisboa ou Leixões, no norte do país, portanto são nesses dois portos que importamos as nossas mercadorias.

Aquilo que exportamos, que são cerca de vinte e tal por cento, são também comandados, claramente por alguns exportadores que nós sabemos quais são.

Essa é que é a logística Sr. Deputado! Vamos ser claros e vamos ser precisos!

Vir com palavras bonitas, tentar mistificar as coisas, não! A realidade é esta. Nós em dez anos baixámos muito os custos portuários, nós transformamos os portos dos

Açores, que eram os mais caros do país, não nos mais baratos, mas baixámos muito em relação à média nacional, o que é difícil dada a nossa dimensão e dispersão.

Fizemo-lo com as nossas próprias forças, mas estamos atentos a todas as tendências de mercado e para isso as diversas administrações portuárias têm as reuniões, têm os assessores, para melhorar a sua eficiência.

É isso que estamos a fazer, mas compete aos privados sempre uma parte da logística da importação e da exportação. São eles que têm que fazer isso e não o Governo Regional.

Nós deixámos de ser o Estado Soviético há muitos anos

Deputado Clélio Meneses (PSD): Gostávamos de ouvi-lo falar assim era sobre o transporte marítimo de passageiros!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados
Sra. e Srs. Membros do Governo:

Façamos hoje um balanço do que foi o ano de 2006, principalmente, no que se refere à Ilha de Santa Maria.

O ano começou com más notícias, o anúncio por parte da ANA, S.A. do encerramento do Aeroporto de Santa Maria, durante o período nocturno.

Na altura o Governo Regional anunciou com a devida pompa e circunstância que estava a resolver o assunto, que o Aeroporto não iria encerrar, e mais, até estava a negociar a transferência dos terrenos não necessários às operações aeroportuárias, para a região.

Passado um ano a realidade é bem diferente.

A única coisa que se conseguiu em termos do encerramento, foi o adiar sucessivo da sua data, situação que compromete a exploração comercial do aeroporto. Quanto aos terrenos, nunca mais se ouviu falar, o que sabe e o que se vê é que a ANA S.A. continua na posse duma área significativa da ilha, tendo a seu cargo um parque habitacional, rede viária, rede de saneamento básico e rede de água.

Esta realidade, ao que parece, nunca foi, nem está a ser, encarada com a atenção devida, senão, vejamos:

- O parque habitacional e zonas adjacentes apresentam um aspecto, quer em termos de conservação, quer em termos de limpeza, verdadeiramente deplorável;
- A rede viária em certos sítios, está praticamente intransitável e ninguém se parece preocupar com isto, sendo que, grande parte dos danos existentes nas estradas até não são da responsabilidade da ANA, mas sim de outras entidades, nomeadamente, do Governo Regional;
- A rede de águas está obsoleta e ao que parece a empresa não está minimamente preocupada com o assunto;
- A rede de esgotos é uma ameaça à saúde pública, com esgotos a céu aberto, sem qualquer tratamento, mas, e para não variar, as autoridades com competência na matéria, fingem que o problema não é delas.

Passado um ano do anúncio do Sr. Presidente do Governo Regional, que fez referência ao seu empenho pessoal na resolução do problema, digamos, que muito pouco, ou nada, está resolvido.

Ou o Sr. Presidente esqueceu-se do assunto, ou então, a boa relação com Lisboa só se verifica nalgumas situações.

Tal é a gravidade da situação e o incómodo que esta espécie de apatia política provoca nos marienses que até uma Comissão criada no âmbito da Assembleia Municipal de Vila do Porto, para acompanhamento deste problema, cessou os seus trabalhos, por considerar que não estava a obter qualquer cooperação por parte das autoridades competentes. É triste, mas é verdade.

Em declaração efectuada durante a ultima sessão da Assembleia Municipal, o presidente da extinta comissão referiu que esta situação se devia ao facto, de a comissão nunca ter obtido os dados que solicitou a diversas entidades, ao facto de o aeroporto de Santa Maria, estar arredado do discurso oficial, quando se fala na reestruturação da política aeroportuária nos Açores e, mais grave, ao facto de a comissão não ter sido recebida, apesar de ter solicitado uma audiência, pelo Sr. Presidente da Governo Regional, aquando da visita estatutária à ilha.

Entendemos que esta é mais uma situação que comprova a descrença e desmotivação dos marienses, que perante os cenários cada vez mais negros que se vão colocando e

perante o autismo político de quem tem responsabilidades, questionam-se se vale a pena continuar a lutar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

Mas não é só a situação do Aeroporto que aflige Santa Maria.

2006 foi um ano negro, em quase todos os aspectos.

O já de si débil sector económico da ilha, mais fragilizado ficou, qualquer que seja a vertente que queiramos considerar:

- O sector das pescas viu o volume de pescado entrado em lota quase reduzido a metade;
- A hotelaria e restauração, assistiram a uma quebra abrupta do seu movimento;
- Por via disso, todo o comércio da ilha se ressentiu, com uma quebra assinalável em termos de rendimentos;
- A construção civil, principalmente, a promovida por particulares, abrandou, situação que também se reflectiu nos rendimentos dos comerciantes e dos pequenos empreiteiros, ligados ao ramo;
- O investimento privado, apesar do mar de rosas, anunciado pelo discurso oficial, aquando da criação do “Fundo de Coesão”, foi praticamente inexistente.

Enfim, por muito boa vontade que se tenha, é difícil realçar um aspecto positivo quando analisamos o comportamento da economia mariense, durante o ano transacto.

Pergunta-se, porque será que isto aconteceu?

O que é que está a falhar, numa política que supostamente deveria combater as assimetrias e a desertificação das ilhas mais pequenas?

Falta estratégia e acima de tudo seriedade na abordagem dos problemas que afligem as chamadas “ilhas da coesão”.

Não se pode querer promover investimento, quando não se criam condições para tal, não serve de nada anunciar milhões quando depois a sociedade civil não tem capacidade para absorvê-los.

Cada ilha é um caso particular, com problemas e constrangimentos específicos, não sendo, portanto, razoável a criação de “remédios” que não tenham em conta essas especificidades.

Depois, temos que ter em consideração as políticas e acções por parte do Governo que, nalguns casos, chegam a ser quase desastrosas.

Basta-nos lembrar o transporte marítimo de passageiros, que certamente, no ano transacto, foi um dos grandes responsáveis pelas quebras verificadas.

Ou então, pensarmos no custo das tarifas aéreas que continuam a ser um sério entrave à promoção do turismo.

Lembrar a própria política de promoção turística do Governo, que atribui subsídios sem critério, que não tem em conta a importância dos eventos promovidos e, às vezes, quero acreditar que não, parece é ter em conta quem está à frente das Associações que promovem esses eventos.

Recordar que o Governo continua, teimosamente, a se recusar a promover a retenção de areia nas praias marienses, esquecendo-se que estas constituem uma enorme mais-valia em termos turísticos e que é exactamente por causa delas que muitas pessoas demandam à ilha durante o Verão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

Ainda muito recentemente e, pela voz do Sr. Presidente do Governo Regional, se anunciaram aumentos do PIB Per-Capita, convergência com a média nacional e europeia e um comportamento, quase exemplar, da economia açoriana.

Apesar de estes números estarem claramente “embrulhados em papel cor-de-rosa”, mesmo assim, convinha obter resposta para duas perguntas:

- Alguém se preocupou em saber de que forma tem evoluído a economia nas ilhas mais pequenas nos últimos anos?

- Será que o Governo se esqueceu que os Açores são nove ilhas, nove realidades, e que as estatísticas, muitas vezes, estão tão só a reflectir a realidade de uma das nossas nove parcelas?

A resposta a estas perguntas certamente ajudará a perceber muito melhor a realidade dos Açores, mas de uma coisa não temos qualquer espécie de dúvidas, urge olhar com olhos de ver e sem demagogia a realidade de cada uma das nossas ilhas e depois definir políticas que com estratégia e de uma forma séria possam paulatinamente ir criando o tão desejado desenvolvimento.

Disse.

Vozes do deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Eu queria informar que o Governo Regional só tem 3 minutos

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa

(*) Deputado Alberto Costa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção sobre Santa Maria vem na sequência de uma feita há um mês e meio, em que traça um ambiente negro para a Ilha de Santa Maria, em que já na altura, e em resposta foi dito, que queríamos que algumas das coisas fossem muito melhores, mas também cabe aos agentes políticos dar um voto de confiança à sociedade para que o investimento possa aparecer.

O encerramento do aeroporto de Santa Maria foi um dos temas focados nessa intervenção. Como sabe o Sr. Deputado Sérgio Ferreira, não é verdade que o Governo Regional esteja alheio a esta questão.

Fazendo um histórico muito rápido, o Governo Regional sempre esteve presente com o problema do aeroporto. Desde a história do NAV II, passando pela questão da redução do horário de abertura do aeroporto de Santa Maria, se não fosse a posição firme do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário, tinha realmente havido a redução das horas de operacionalidade deste aeroporto.

Evidentemente, que todos sabemos que a ANA, S.A está num processo de privatização e esse processo está a levar a que neste momento seja difícil obter-se outras decisões senão aquelas que o senhor disse, e bem, que é a emissão de NOTANS, que vão prolongando até a uma solução que se há-de encontrar num futuro, quando se souber o modelo que vai gerir o aeroporto de Santa Maria e os da Região.

Neste contexto aquilo que o Governo da Região está fazendo e pode fazer é acompanhar a questão até o processo de privatização estar completo.

De qualquer forma lembro, em relação à questão da Comissão que foi falada, o Sr. Presidente do Governo, faz agora um ano, recebeu a Sra. Presidente da Câmara, o Sr.

Presidente da Assembleia Municipal e dois membros da Assembleia Municipal de Vila de Porto, para tratamento deste tema e naquela altura foram esclarecidas as dúvidas que tinham e dadas as respostas possíveis. Daí para cá não houve novidade nenhuma, por isso parece-me que está correcta a situação de não se receber uma Comissão só para haver uma entrevista.

O que é importante frisar é que o Sr. Presidente recebeu a Sra. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e dois membros da Assembleia Municipal de Vila de Porto, para abordar esse tema.

Quanto à questão dos terrenos que têm a ver com o aeroporto de Santa Maria, estes estão envolvidos nesta questão da privatização e dum futuro que irá ter desenvolvimento este ano, porque, a partir do segundo semestre de 2007, a privatização da ANA vai acontecer e o processo tem que estar completo até Maio de 2008.

A questão do fundo de coesão, com certeza que não é só a criação de fundos em si, que promove o investimento. Para aproveitar estes fundos terá que ser à custa da procura externa de investidores e para esse fim foi contactada a APIA, que já esteve em Santa Maria, em diálogo com algumas pessoas e que está neste momento a elaborar um trabalho para tentar ver se é possível arranjar algum investimento para Santa Maria e que aproveite estes fundos.

Lembrou ainda que, apesar de tudo, há um conjunto de obras a decorrer em Santa Maria, como o porto de recreio, a construção de uma Ecoteca, a Casa do Povo de Santa Bárbara que foi inaugurada recentemente. Hoje nas notícias apareceu o representante da ESA a dar a notícia que o Centro Europeu de Lançamento de Satélites vai acontecer nos próximos meses e, portanto, há uma atenção do Governo a Santa Maria por essa via.

Em relação à construção civil, há neste momento como sabe a 2ª. fase da construção da cooperativa e um conjunto de empresários a promover construção ...

Presidente: Sr. Deputado desculpe mas ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Peço desculpa. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira, de Santa Maria, vem na sequência da intervenção sobre a Graciosa, das nuvens negras, do tudo está mal. Nenhuma coisa está bem!

Meus amigos, este Governo sempre teve um compromisso com Santa Maria, que os marienses têm sabido reconhecer.

Não vos vou falar do NAV II, mas falo-vos, por exemplo, da abertura da nova *gateway*. Foi extremamente difícil e nós conseguimos.

A manutenção do horário de funcionamento da ANA só foi mantido por um forte empenhamento do Presidente do Governo Regional numa situação em que há uma empresa que está a ser avaliada e está a ser preparada para a privatização.

Foi criada uma comissão. Foi pedida a uma empresa exterior, até ao país, para avaliar o património da ANA e quais as medidas que a ANA devia tomar, mais eficientes e rentáveis, para a privatização.

O que vos posso dizer – o Sr. Presidente do Governo Regional delegou em mim e também no Sr. Vice-Presidente poderes para entabular um conjunto de conversações com o Governo da República – é que haverá certamente uma palavra da Região no futuro das infra-estruturas da ANA nos Açores. Fiquem tranquilos sobre esse assunto!

Nós estamos empenhados que no processo de privatização da ANA alguns valores que nós consideramos essenciais sejam mantidos, o que não é nada fácil.

Por isso, não é possível conversar sobre assuntos onde ainda não é certo, nem seguro, o que estamos a afirmar porque há alterações, há estudos, há cenários que ainda não estão verdadeiramente escolhidos, mas haverá uma definição muito rápida e a curto prazo.

Gostaria de vos dizer uma coisa: o Sr. Deputado, veio para aqui falar no turismo como se fosse um descalabro.

Devo-lhe dizer o seguinte:

Em 2002, Santa Maria tinha 9.900 dormidas; em 2003, 11.780 e tal; em 2004, 18 mil; em 2005, 21.841 e o que é que aconteceu em 2006? 21.233, menos 600 dormidas. Foi isso que aconteceu em Santa Maria o ano passado.

Essas 600 dormidas, se calhar neste no mês Janeiro já as ganhámos.

Portanto, são variações.

Este ano será um ano que provavelmente haverá crescimento, nem todos os anos crescem de forma igual.

Também se falou que a Terceira tinha perdido 10%. Acabou com uma percentagem positiva, porque a Terceira acabou por crescer.

Deputada Carla Bretão (PSD): 0,02%.

O Orador: Em termos de receitas, em Santa Maria elas cresceram, não diminuíram.

Portanto, há que perceber que há anos bons, há anos menos bons. Nós gostaríamos que todos os anos fossem muito bons, mas o ano 2006 não foi assim tão mau como isso.

Era importante dizer-se de uma forma clara que Santa Maria neste momento tem um investimento forte no Núcleo de Recreio Náutico que será à volta de 8 milhões de euros; estamos a preparar o projecto do campo de golfe, já encomendámos a uma das maiores equipas projectistas a nível europeu o novo campo de golfo, que vai ser um investimento acima dos 12 milhões de euros, que se vai realizar em parte ainda nesta legislatura (provavelmente não vamos acabar, mas vamos iniciar esta obra). São duas obras fundamentais para o desenvolvimento desta ilha e vêm dizer que nós não estamos a fazer nada por Santa Maria? O que é que os senhores fizeram no passado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o que é que os senhores fizeram em 10 anos e meio?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira:

(*) **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário da Economia, eu não vim aqui, como disse no início da minha intervenção, fazer um balanço sobre os anos atrás. Eu fiz um balanço, única e exclusivamente sobre o ano de 2006 e sobre o que se passou nesse ano.

Eu estranho muito, que o senhor venha dizer que os números do turismo no ano de 2006, não são preocupantes, no caso de Santa Maria,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São 600 dormidas!

O Orador: ... quando os empresários marienses ligados ao sector, estão preocupados.

Das duas, uma: ou os empresários estão a mentir ou o Sr. Secretário não conhece a realidade.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Os números estão aqui!

O Orador: Esses números são muito discutíveis, aliás há aí uma operação pelo meio que nem sequer é grandemente rentável para os empresários do sector turístico, que é o caso dos turistas do INATEL.

Portanto, temos de ter a devida calma ao fazer a análise dos números.

Relativamente a eu dizer que nada estava bem, eu não disse isso. Obviamente o Governo tem feito algumas coisas, tem promovido outras, com umas eu estou de acordo, com outras não, mas vou manifestando.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O senhor não está de acordo com o Núcleo de Recreio Náutico?

O senhor não está de acordo com o campo de golfe?

É preciso saber o que é que o PSD quer?

O Orador: Sr. Presidente, isto é diálogo? Se é diálogo eu posso dialogar com o Sr. Secretário da Economia à vontade.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Economia)

Presidente: Não é diálogo Sr. Deputado, faça favor de prosseguir. Sr. Secretário Regional não interrompa por favor.

O Orador: Sr. Secretário da Economia, obviamente que eu estou de acordo com o campo de golfe, mas também não deixa de ser óbvio que até agora ainda não temos campo de golfe.

Quando se fala em estudos, projectos, terrenos e não sei mais em quê para campos de golfe, eu ouço falar por exemplo num há 20 anos aqui para o Faial e ainda não há nenhum campo de golfe.

Portanto não há nada que me garanta que o de Santa Maria também não leve 20 anos. Para lá vamos.

Quanto à questão do Núcleo de Recreio Náutico, eu por acaso era para pôr aqui como um ponto positivo, porque geralmente não gosto só de pôr pontos negativos na minha intervenção, só não pus porque infelizmente durante esta semana tenho recebido uma série de telefonemas para me dizerem que os senhores estão preparados para reduzir a quase metade o Núcleo de Recreio Náutico de Santa Maria.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Mas quem é que disse isso?

O Orador: Não sei. Alguém disse porque a pessoas não me estão telefonando de ânimo leve.

Mas tenha calma Sr. Secretário Regional da Economia, como eu não sei exactamente o que é que se está a passar porque não estou lá, quando chegar lá havemos de esclarecer devidamente esta questão.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Já fica informado!

O Orador: Foi apenas por isso que não pus essa questão aqui.

Relativamente à questão do aeroporto e respondendo ao Sr. Secretário Regional da Economia e ao Sr. Deputado Alberto Costa, não haja dúvida que a questão do aeroporto está exactamente como eu disse. Um ano depois de se ter levantado a questão ela está parada e ninguém é capaz de dar uma resposta aos marienses sobre o evoluir da situação.

Isso foi o que o senhor disse, é o que está na sua nota de imprensa, que foi publicada no dia 4, no GACS. Os senhores não sabem o que é que se vai passar.

Eu não estou dizendo que deveriam saber, mas a verdade é que não sabem e isto causa problemas a nível da confiança dos marienses, porque não sabem qual vai ser o futuro daquela estrutura e principalmente não sabem qual irá ser o futuro daqueles terrenos.

Aqueles terrenos são importantes para Santa Maria e não podem continuar no estado de indefinição em que estão.

(Risos do Sr. Secretário Regional da Economia)

Se o Sr. Secretário acha que isto é uma coisa para rir, paciência, em Santa Maria nós não achamos.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não é. Nós estamos a tratar desse assunto muito a sério!

O Orador: Relativamente ao Sr. Deputado Alberto Costa, o senhor disse mais ou menos aquilo que eu disse na minha intervenção.

Se Santa Maria não tem potencial endógeno para aproveitar as vantagens criadas pelos sistemas de incentivos, acho que também cumpre ao Governo, não só através da atracção do investimento externo, mas também promovendo uma série de outras iniciativas, até no âmbito daquilo que disse, e muito bem, o Sr. Deputado Nuno Tomé, ontem na sua intervenção, para ver se se cria algum potencial endógeno na Ilha.

Nós não podemos continuar sem investimento e a perder população, porque senão daqui a dias não serão cenários negros, nem cenários cor-de-rosa. Não há nada para investir. O problema é só esse. O senhor sabe, eu sei e toda a gente sabe isso. É uma preocupação e eu sei perfeitamente que o Governo não tem uma varinha de condão para resolver os problemas de um dia para outro, agora vamos tratar é de implementar algumas políticas no sentido de contrariar esta situação.

Devagar, obviamente, não pode ser depressa, mas temos de tentar, porque enquanto não fizermos isso e continuarmos a anunciar milhões para aqui, milhões para acolá e não houver resultados práticos no terreno, obviamente não vamos a lado nenhum.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa

(*) **Deputado Alberto Costa** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma rectificação que era para ter falado há bocado, mas como esgotei o tempo, não falei e diz respeito ao pescado.

Em 2006 ele até cresceu. Em Janeiro e Fevereiro deste ano, deve ser a informação que o Sr. Deputado tem, é que houve uma baixa, mas teve a ver com o mau tempo verificado nos Açores, em Santa Maria inclusive.

Em relação à questão do campo de golfe, está em curso a aquisição dos terrenos. Há, no entanto, um problema que é preciso resolver, que é a revisão do PDM, para que se possa fazer ali a construção. Isso não depende do Governo e é bom que se tenha isso em consideração.

Em relação aos jovens e à fixação destes, é uma preocupação comum a todos nós. Ainda há pouco tempo falava-se em algumas ilhas dos Açores, que agora estão com 4000 pessoas e poderão chegar a 2000 e em Santa Maria temos essa preocupação e queremos que isso não venha a acontecer.

Essa do porto registei com alguma surpresa. O Sr. Secretário acabou também de questionar de onde é que isso veio, espero bem que isso seja uma daquelas fantasias que às vezes passam em Santa Maria, porque realmente está lá uma obra que foi lançada com um projecto e foi entregue com a configuração que tem.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Economia tem 5 segundo.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para reafirmar que em relação ao Núcleo de Recreio Náutico de Santa Maria não houve qualquer alteração. Ele vai ter 120 lugares.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos nasceu a 2 de Agosto de 1929, em Aveiro, "na parte da cidade voltada para o realismo e para o mar".

Quando o pai, José Nepomuceno Afonso, foi colocado em Angola, em 1930, como delegado do Procurador da República, Zeca Afonso permaneceu em Aveiro por razões de saúde, rodeado da ternura fraterna das primas e dos tios.

De 1932 a 1937 José Afonso viveu com os pais e irmãos em Angola, deslumbrando-se com a imensidão africana. A relação física com a natureza causou-lhe uma profunda ligação ao continente africano que se reflectirá pela sua vida fora. As trovoadas, os grandes rios atravessados em jangadas, a floresta esconderam-lhe a realidade colonial. Só anos mais tarde, ao exercer a docência em Moçambique, conhecerá a fotografia amarga da sociedade colonial moldada ao estilo do "apartheid" de Pretória.

Quando voltou para o continente, em 1938, José Afonso foi para casa do tio Filomeno, então presidente da Câmara, em Belmonte.

Em Belmonte, Zeca Afonso completou a instrução primária e viveu o ambiente mais profundo do salazarismo, de que seu tio era fervoroso admirador. "Foi o ano mais desgraçado da minha vida", confidenciou. Pró-franquista e pró-hitleriano, o tio de José Afonso levou-o a envergar a farda da Mocidade Portuguesa. Mas com a chegada a Coimbra em 1940, instalado em casa de uma tia devota, as suas pulsões mais íntimas sobrepuseram-se às influências familiares.

José Afonso começa a cantar por volta do quinto ano do Liceu D. João III e a sua voz ecoa pela cidade velha. Os tradicionalistas reconheciam-no como um bicho que canta bem.

Em Coimbra passa pelas Repúblicas, onde conheceu a amizade e a farra académica. Seduzido pela cidade tem os primeiros contactos com clubes recreativos, joga futebol na Académica e acompanha a equipa um pouco por toda a parte.

Nas colectividades conhece "gajos populares", entre os quais Flávio Rodrigues, que admira como exímio tocador de guitarra, para si superior a Artur Paredes. Inicia-se em serenatas e canta em "festarolas de aldeia. Um sujeito qualquer queria convidar uns tantos estudantes de Coimbra, enchia-lhes a barriga e a malta cantava..."

Como estudante integrou várias comitivas do Orfeão Académico de Coimbra e da Tuna Académica da Universidade de Coimbra, nomeadamente em digressões pelo Continente, por Angola e Moçambique. O fado de Coimbra lírico e tradicional era por ele superiormente interpretado. A praxe académica e a boémia encheu-lhe tardes e noites gloriosamente Coimbrãs. José Afonso foi envolvido pela lenda coimbrã, com o encantamento das suas tradições.

Em 1958 José Afonso grava o seu primeiro disco "Baladas de Coimbra" enquanto acompanha o movimento em torno da candidatura presidencial de Humberto Delgado. Mais tarde grava "[Os Vampiros](#)" que, juntamente com "Trova do Vento que Passa", escrita por Manuel Alegre e cantada por Adriano Correia de Oliveira, constituem um marco fundamental da canção de intervenção e da resistência anti-fascista.

Em 1964 parte para Moçambique. Como professor do liceu desenvolve uma intensa actividade política contra o colonialismo, o que lhe traz problemas com a PIDE e com a administração colonial. Mais tarde regressa a Portugal onde é colocado como professor em Setúbal, mas posteriormente é expulso do ensino. Para sobreviver dá explicações e grava o seu primeiro LP, "[Baladas e Canções](#)".

Se há canções do Zeca que nos marcam pela sua beleza e pelo seu grito de revolta contra uma guerra colonial onde todos os da minha geração perdemos familiares ou amigos, gostaria de vos ler o seguinte poema:

Menina Dos Olhos Tristes

Menina		dos	olhos	tristes	
o	que	tanto	a	faz	chorar
o		soldadinho	não		volta
do	outro	lado	do		mar

Vamos		senhor		pensativo
olhe	o	cachimbo	a	apagar
o		soldadinho	não	volta
do	outro	lado	do	mar

Senhora		de	olhos	cansados
porque	a	fatiga	o	tear
o		soldadinho	não	volta
do	outro	lado	do	mar

Anda bem triste um amigo
 uma carta o fez chorar
 o soldadinho não volta
 do outro lado do mar

A lua que é viajante
 é que nos pode informar
 o soldadinho já volta
 está mesmo quase a chegar

Vem numa caixa de pinho
 do outro lado do mar
 desta vez o soldadinho
 nunca mais se faz ao mar

Em 1967-70, Zeca protagoniza uma intervenção política e musical ímpar, convertendo-se num símbolo da resistência. Várias vezes detido pela PIDE, mantém contactos com a Luar, PCP e esquerda radical. Em 69 participa no 1º. Encontro da "*Chanson Portugaise de Combat*" em Paris e empenha-se fortemente na eleição de deputados à Assembleia Nacional da CDE de Setúbal, gravando também o LP "[*Cantares do Andarilho*](#)", recebendo o prémio da Casa da Imprensa pelo melhor disco do ano, e o prémio da melhor interpretação. Alvo de censura José Afonso passa a ser tratado nos jornais por Esoj Osnofa!

Com os arranjos de José Mário Branco, em 1971, edita "[*Cantigas do Maio*](#)", Neste álbum surge "[*Grândola Vila Morena*](#)" que se tornará um símbolo da revolução de Abril. Desde então Zeca participa em vários festivais. É publicado o livro "José Afonso", coordenado por Viale Moutinho. É lançado o LP "[*Eu vou ser como a toupeira*](#)". Em 1973 canta no III Congresso da Oposição Democrática e grava "[*Venham mais cinco*](#)".

Após a Revolução dos Cravos, participa em numerosos "cantos livres" e grava o LP "[Coro dos Tribunais](#)", onde conta com a colaboração de Fausto, Adriano Correia de Oliveira, Vitorino e José Niza, entre outros. Em 1975 canta em inúmeros espectáculos de dança e lança "[Com as minhas tamanquinhas](#)".

Em 1976 apoia Otelo Saraiva de Carvalho na candidatura à presidência da república. Em 1981 Actua no Theatre De La Ville de Paris, compõe a música de "Fernão Mendes" para a "Barraca" e grava "[Enquanto há força](#)" e "[Fura fura](#)".

Em 1985 José Afonso já se encontra doente. O Coliseu de Lisboa é o palco do seu último espectáculo. As homenagens multiplicam-se e é condecorado com a Ordem da Liberdade. Já muito enfermo, em 1985, apoia a candidatura de Lourdes Pintassilgo à Presidência da República. É editado o seu último disco, Galinhas do Mato.

José Afonso morreu no dia [23 de Fevereiro](#) de [1987](#), no Hospital de [Setúbal](#), às 3 horas da madrugada, vítima de esclerose lateral amiotrófica.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Fez no dia 23 de Fevereiro de 2007, 20 anos que José Afonso nos deixou vítima de doença incurável. Além de ser, a par de Adriano Correia de Oliveira, um dos mentores da canção de intervenção em Portugal e um baladeiro/compositor notável, soube conciliar a música popular portuguesa e os temas tradicionais com a palavra de protesto. Zeca trilhou, desde sempre, um percurso de coerência. Na recusa permanente do caminho mais fácil, da acomodação, no combate ao fascismo salazarento, na denúncia dos oportunistas, dos "[vampiros](#)" que destroçaram Abril, no canto da cidade sem muros nem ameias, da "[utopia](#)". Injustiçado por estar contra a corrente, morreu pobre e abandonado pelas instituições. Mas, não temos dúvidas, a voz de "[Grândola](#)" perdurará para lá de todos os chacais. Como democrata e defensor de ABRIL não ficaria bem comigo próprio se não prestasse esta singela homenagem ao José Afonso nesta Assembleia, símbolo maior da Democracia e da Autonomia.

Como a tua poesia nos move e nos comove, obrigado José Afonso por tudo o que nos deixaste.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, do PSD e dos Membros do Governo).

Presidente: Inscrições.

Tem a palavra a Deputada Fernanda Mendes.

(*) Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Assinalar os 20 anos da morte de José Afonso é lembrar o seu papel no âmbito da luta pela liberdade e democracia, consubstanciada na revolução de Abril, o qual ficará sempre ligado com a canção “Grândola Vila Morena”

É lembrar, que, se é verdade que o mundo mudou em 20 anos, que é a idade de uma geração, não é menos verdade que a intemporalidade e a universalidade da sua obra projectada no aqui e agora, tempos de igual, porque sempre inacabada, procura do aprimoramento da liberdade individual e colectiva, reveste-se de uma actualidade marcante.

Na procura de raízes populares, na liberdade de criar, rompendo com cânones da escrita, estilos e expressões musicais e na vivência da sua cidadania, José Afonso é uma figura ímpar na história cultural e política da segunda metade do séc. XX que estou certa, o futuro encarregar-se-á de assinalar e reconhecer, no que diz respeito ao papel da diversidade e amplitude da sua obra na sociedade contemporânea portuguesa.

Por estas razões e tantas outras que poderia invocar saúdo a intervenção do meu camarada de bancada, Nuno Amaral, ao assinalar os 20 anos da morte de José Afonso.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Dia Mundial da Protecção Civil celebra-se, desde 1990, a 1 de Março e foi instituído com o objectivo de sensibilizar a população quanto à importância vital da protecção civil e prestar tributo aos esforços, sacrifícios e realizações de todos os serviços responsáveis na prevenção e no combate às catástrofes.

Nos Açores, uma Região com grandes vulnerabilidades, onde os açorianos vivem confrontados com situações de perigo e de risco potencial, com uma dimensão sobremaneira crítica e crucial, o dia foi comemorado com a entrega de ambulâncias a diversas associações de bombeiros e a assinatura de um protocolo com a Universidade de Coimbra. Contudo, apenas se registou uma única acção concreta de sensibilização, envolvendo a população açoriana.

Se é verdade que a Protecção Civil é uma tarefa de todos, compete ao Governo promover acções permanentes de campanhas de prevenção, inerentes a situações de catástrofe ou de calamidades, tendo em vista atenuar o mais possível os efeitos destruidores e socorrer as vítimas.

Por isso, ela tem de ser considerada uma função prioritária do Governo Regional e das Autarquias, preparando todos os intervenientes, com vista a uma resposta eficaz e pronta nas operações de Protecção Civil.

A segurança das populações exige uma articulação clara e coordenada entre os diversos agentes, para que cada um conheça a sua função e responda com prontidão, em caso de necessidade.

Embora seja uma obrigação moral de todos nós, prevalece, no entanto, a responsabilidade dos organismos e entidades de não se demitirem da sua função, como sejam as Forças Armadas, as Forças de Segurança, os Serviços de Saúde, entre outros, que sendo organismos oficiais, devem incluir no desempenho das respectivas funções específicas, as questões directamente ligadas à Protecção, Segurança e Socorro, lidando obrigatoriamente com elas no seu dia a dia.

O Serviço Regional de Protecção Civil tem, por isso, especiais responsabilidades de coordenação das actividades de protecção civil, assegurando o seu funcionamento, com a adopção de acções e procedimentos adequados, que permitam prevenir situações de emergência e atenuar os riscos.

Por isso, é importante que sejam feitos os levantamentos das vulnerabilidades de cada Concelho da Região, obrigando à existência de Planos de Protecção Civil, não apenas a nível municipal, como também ao nível dos Hospitais e Centros de Saúde, espalhados por cada ilha e, bem assim, ao nível de grandes empresas ou edifícios

públicos, onde a ocorrência de riscos colectivos, resultantes de graves acidentes de trabalho ou mesmo em caso de calamidades, constituam uma ameaça para as pessoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao nível de campanhas de sensibilização, é reconhecido que quanto mais cedo são inculcados na população princípios de auto protecção e de responsabilização colectiva, mais efectivos são os seus resultados, em caso de necessidade. Desta forma, as crianças e os jovens devem constituir os grupos alvo, a privilegiar nessas campanhas de ensino sobre a protecção civil.

Estas acções permitem que todos os sectores da sociedade estejam abrangidos por uma “cultura de protecção civil”, que deve ser generalizada, sem excluir qualquer grupo social, sejam os idosos ou as crianças.

Neste sentido, há necessidade de desenvolver uma estratégia que deverá ser suportada por métodos pedagógicos adequados e através da inserção no currículo das escolas, transformando a Protecção Civil numa matéria de ensino, desde o nível pré-primário, até ao último ano da escolaridade obrigatória, tal como outros domínios de ensino e aprendizagem.

Com esta integração das matérias de Protecção Civil nos programas oficiais de ensino, estaríamos nos Açores a dar exemplo para o resto do país, pois como se sabe, a nossa Região tem particular aptidão e competência para esta área.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, os Bombeiros Voluntários são considerados o braço direito da Protecção Civil, desempenhando um papel crucial de guarda avançada, no socorro das populações nos casos de emergência.

Contudo, para que os Bombeiros possam desempenhar com proficiência a sua missão de prestação de primeiros socorros, é necessário a regulamentação orgânica do seu estatuto.

A situação laboral dos Bombeiros dos Açores e a remuneração pelos serviços que prestam têm gerado tensões legítimas na classe, dado que o regime jurídico-laboral do Bombeiro nunca foi regulamentado nos Açores.

Enquanto a situação dos bombeiros sapadores e municipais no Continente está regulada, em termos de profissionalização, o mesmo não acontece na Região, onde existe indefinição.

Nos Açores, o voluntariado ainda subsiste como expressão generalizada nas corporações de Bombeiros, o que é de incentivar, registando-se, concomitantemente, um regime de serviço permanente remunerado, embora não considerado profissional. Por isso, é tempo do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores definir, de forma objectiva, as medidas que visam a profissionalização dos efectivos que prestam serviço a tempo inteiro nas Associações de Bombeiros Voluntários dos Açores, indo ao encontro das pretensões dos Bombeiros tidos como “Profissionais”, pois prestam a tempo inteiro serviço, quer nos Quartéis, quer nas ambulâncias, ou ainda nos aeroportos.

Para tal, importa a adopção de medidas que visam clarificar o estatuto do Bombeiro, definindo-se, objectivamente, a distinção orgânica entre a actividade do voluntário, da do que presta serviço permanente nas Corporações de Bombeiros dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A capacidade de resposta a situações de emergência dos serviços de Protecção Civil depende, em muito, dos meios disponíveis em cada Concelho dos Açores e da formação e valorização permanente dos seus quadros. Por isso, importa reforçar os investimentos em algumas áreas, capacitando os serviços com os meios adequados, designadamente a prestação de serviços de socorro a náufragos, pois trata-se de uma área carente, que importa capacitar.

Felizmente, no passado dia 1 de Março, algumas «Associações de Bombeiros receberam, finalmente, embarcações de salvamento para responder a situações de emergência no mar. Importa, por isso, um reforço no investimento de meios logísticos indispensáveis, para que o socorro marítimo seja efectivo, havendo necessidade de agora se ministrar formação específica aos bombeiros-mergulhadores para lidarem com as situações que ocorrerem no mar.

Os açorianos sentir-se-ão cada vez mais seguros, quanto mais meios disponíveis possuir a Protecção Civil. A mobilização das escolas, das associações e da população

em geral é determinante para se preparar convenientemente todos os intervenientes e se incutir na sociedade açoriana uma verdadeira cultura de protecção civil.

Nos Açores, todos somos poucos para cumprir as tarefas da Protecção Civil.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Inscrições para esclarecimentos.

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos pediu a palavra. Lamento mas não lhe posso dar a palavra porque o Governo já esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto foi a partir de 1980, quando as nossas ilhas foram fustigadas pela fúria do sismo, que se começou a fazer um esboço, relativamente à protecção civil.

Foram criadas novas dinâmicas, de maneira a expandir e descentralizar os meios e as capacidades de intervenção em caso de catástrofe.

Por via do novo quadro orgânico instituído no Decreto Legislativo Regional nº. 24/2003/A, de 7 de Agosto, segmentado na concentração do Serviço de Protecção Civil e da Inspeção Regional de Bombeiros, num único serviço, o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, criou uma nova perspectiva e foram dados novos passos para abertura do novo ciclo de pujança na protecção civil nos Açores.

A construção de uma verdadeira protecção civil é uma responsabilidade do Estado, é certo, mas não será menos verdadeiro afirmar que é também uma responsabilidade de todos.

É preciso, e é urgente, todos os cidadãos interiorizarem que são eles os primeiros agentes dessa cadeia.

Por isso o Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores lançou um programa “Crescer em Segurança”, que visa ensinar às crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico as regras básicas de prevenção e de actuação.

Com a mesma finalidade foi também lançado um programa para idosos, dos lares e dos centros de dia.

Esses programas têm como finalidade despertar o interesse desses destinatários, para estes assuntos de uma forma lúdica, é certo, mas simples e motivadora, de modo a apreenderem conceitos de inter-ajuda em situações de crise e eficácia na adopção de medidas gerais de prevenção.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para complementar aquilo que foi aqui dito pelo meu colega. O Sr. Deputado veio aqui fazer uma intervenção que eu acho curiosa, e acho curiosa porque aquilo que se conclui dessa intervenção é que, de facto, a protecção civil está como nunca esteve, está muito bem. De facto está.

Esta intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa vale por isso. Assinala a grande qualidade e a grande evolução que a protecção civil tem.

O Sr. Deputado tentou também, embora em “voo rasante”, fugir de uma questão que me parece essencial e que eu esperava que o senhor abordasse, nomeadamente no que diz respeito ao muito significativo investimento em infra-estruturas, que o Governo tem vindo a fazer, em todas as corporações de bombeiros, a começar pelo concelho em que o senhor reside.

Portanto, eu recordava que só em 2005 e 2006 o Governo investiu em infra-estruturas 19 milhões de euros. Eu sei que para alguns dos senhores isto é atirar dinheiro para cima dos problemas, mas isto não é uma despesa que possa ser aqui esquecida neste Parlamento, porque, de facto, tem a ver com um plano de investimentos muito significativo.

O senhor também não falou na questão de reequipamento da protecção civil, pelo menos na expressão que ele tem tido ultimamente. As últimas 15 ambulâncias que

foram entregues representam um investimento de 610 mil euros, eu acho que isso é muito representativo do grande esforço que tem vindo a ser feito.

O senhor também não falou dos planos de formação profissional dos agentes de protecção civil e dos bombeiros. Não falou nos estudos de prevenção de risco, ou seja, o senhor não falou - se me permite - do essencial.

Apenas refere, e no fundo parece que é isso o grande problema que o PSD aponta e isso é positivo, porque significa que muito está feito. O senhor fala na regulamentação do Estatuto do Bombeiro, que é algo que será feito e fala em mais campanhas de sensibilização, que o meu colega já teve oportunidade de referir. Fala também da questão dos socorros a naufragos e que são necessários mais meios. Nós concordamos e é preciso não esquecer que as Câmaras Municipais têm um papel importante aí, mas essa questão também está a ser solucionada, o que acontece é que, felizmente, fruto também do mérito da política de ambiente, tem havido cada vez mais zonas de bandeira azul e, portanto, cada vez mais é preciso investimento nessas áreas. Isso é natural e muito positivo.

Portanto, em síntese, registo que para o PSD o problema da protecção civil resume-se à regulamentação do Estatuto do Bombeiro e a mais acções de informação.

São questões importantes, Sr. Deputado, mas são questões que posso garantir, serão cumpridas já neste ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Deputado António Pedro Costa.

(*) **António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu na qualidade de membro da Comissão de Política Geral, tenho vindo a acompanhar os investimentos que têm sido realizados ao nível de todas as ilhas em termos de bombeiros e protecção civil.

Evidentemente que não está tudo feito e não vim aqui lastimar o que não está feito, vim apenas sugerir e alertar para algumas acções que são necessárias, no meu entender, para complementar a proficiência do serviço de protecção civil, porque é uma matéria que é da importância de todos nós, porque quanto mais seguros nos sentirmos, melhor será para a população dos Açores, porque vivemos numa Região

vulnerável e é preciso estarmos todos unidos e conscientes das tarefas da protecção civil, porque de facto tem de haver essa consciencialização que é uma cultura que pertence a todos e não apenas ao Governo.

Não quis dizer, nem responsabilizar tão pouco, o Governo, mas dizer que, de facto, há necessidade de haver aqui uma coordenação clara e que haja da parte do Serviço Regional de Protecção Civil, essa incumbência de, em cada momento, cada um saber qual a sua intervenção e assim ficamos mais tranquilos, relativamente a eventuais programas que possam existir.

Nesse sentido a protecção civil, muito tem feito, ainda bem que tem avançado ao longo dos tempos com equipamento, com investimentos importantes, mas o que importa, quanto a mim, é que tudo funcione como deve ser e possamos ter um Serviço Regional de Protecção Civil, que seja exemplo para todo o País.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

«Uma mesa cheia de feijões. O gesto de os juntar num montão único. E o gesto de os separar, um por um, do dito montão. O primeiro gesto é bem mais simples e pede menos tempo que o segundo. Se em vez da mesa fosse um território, em lugar de feijões estariam pessoas. Juntar todas as pessoas num montão único é trabalho menos complicado do que o de personalizar cada uma delas. O primeiro gesto, o de reunir, tornar uno, todas as pessoas de um mesmo território é o processo da civilização. O segundo gesto, o de personalizar cada ser que pertence a uma civilização é o processo da cultura. É mais difícil a passagem da civilização para a cultura do que a formação de civilização. A civilização é um fenómeno colectivo. A Cultura é um fenómeno individual. Não há Cultura sem Civilização, nem Civilização que perdure sem Cultura.» - cito Almada Negreiros, do texto *Cultura e Civilização* para introduzir o tema da importância do acesso de todos a diferentes e variados bens e ofertas culturais, como forma de culto global virado para uma comunidade em contínua construção; uma comunidade que se quer preparada para os novos desafios do futuro.

Na Região Autónoma dos Açores desenvolveu-se nos últimos anos uma cada vez maior prática da Cultura como factor de integração social e de cidadania; como consequência disso mesmo existe uma política cultural cada vez mais viva e comunicada virada para o cultivo das Pessoas, como parceiros indispensáveis de uma dinâmica de crescimento e valorização de todos os cidadãos, nos seus diferentes e variados meios. Esta preocupação resulta de uma capacidade vital de reconhecimento por parte das entidades competentes de que essa aposta nas Pessoas só favorece mais conhecimento, mais formação, mais fruição, maior acessibilidade, mais possibilidades de criação e de auto - desenvolvimento, e resulta, claramente, numa ideia viva e alargada do conceito cultural, cuja essência remonta, à palavra Civilização.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Ainda bem que não concorda com as políticas do seu Governo!

A Oradora: A concretização de uma política cultural assente numa estratégia de desenvolvimento dos Açores é, hoje, uma realidade cada vez mais evidente. Educar, informar e dar a liberdade de escolher entre a oferta de vários níveis de estilo e gostos são sinónimos de que, nos Açores, se reconhece a necessidade de surgirem as devidas competências de recepção; para que se desenvolva uma identidade criativa e imaginativa, capaz de adquirir novas aprendizagens, é fundamental e imprescindível que a política cultural vise o equilíbrio óbvio entre os motivos afectivos e hereditários e, claro está, os conjugue com as legítimas ambições de inovação por parte, normalmente, dos cidadãos mais jovens, sejam eles criadores e/ou receptores. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde o dia 11 de Janeiro, que está aberta na cidade de Ponta Delgada, a “Morada da Escrita”. Sem dúvida, creio, uma oportuna homenagem ao escritor Armando Cortes Rodrigues e a outros como Natália Correia, Emanuel Félix, Pedro da Silveira, Roberto Mesquita, Vitorino Nemésio, Antero de Quental, Dias de Melo, José Martins Garcia, Urbano Bettencourt, e tantos outros, que em falta de poder nomeá-los a todos, digo apenas, citando o florentino Pedro da Silveira, habitam um: “livre espaço”. A “Morada da Escrita” é mais um equipamento público da Região, onde, à semelhança

do que já acontece noutros espaços, se promove a educação não – formal e, por via disso, se facilita o acesso à diversidade cultural. Como sabemos, este espaço é mais um, na cidade de Ponta Delgada à semelhança de outros, já existentes, como o Núcleo de Arte Sacra, Na Igreja do Colégio, ou o Teatro Micaelense. Na Região já em curso estão outros investimentos, como o Recolhimento de Santa Bárbara, o Centro Expositivo e Criativo de Artes Contemporâneas, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta, a ampliação dos museus da Graciosa e dos Baleeiros no Pico, a Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, a requalificação do Museu Carlos Machado, a instalação de uma Biblioteca em Santa Cruz das Flores, a construção do Espaço Cultural Multiusos, na ilha do Corvo, entre outros.

Nos Açores há hoje uma nova vivência cultural; esse “movimento de vozes e tarefas” faz-se, através do apoio do Governo Regional, mas também por via das várias competências desenvolvidas por cada um dos nossos agentes culturais, espalhados pelas nove ilhas dos Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O poder local!

A Oradora: Lembro, a título de exemplo, as filarmónicas, os Grupos Folclóricos e de Teatro ou ainda, os investimentos privados como a Carmina Galeria na ilha Terceira; o Centro Cultural da Caloura, o espaço Arte + Arte na ilha de São Miguel; o Núcleo Museológico Marítimo de homenagem à Construção Naval e a Olaria na ilha do Pico, o Museu do Café Peter na ilha do Faial entre tantas iniciativas feitas por mãos de açorianos por estas ilhas fora e trazidas à cena a bem da cultura que é cada vez mais nossa. Assim entendida como um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que nos caracterizam como comunidade, que somos.

A Cultura encontra-se hoje no centro dos debates contemporâneos sobre identidade e coesão social, sobre o desenvolvimento de uma economia fundamentada no saber e, sobretudo, por um apelo pelo Respeito pela diversidade, pela tolerância e pelo diálogo. Entender isto é fundamental para que possamos todos adquirir a justa consciência de que esta é a chave para a união da Humanidade e que o caminho a percorrer é o da Diversidade Cultural, como “compromisso de respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais”, conforme o inscrito no artigo 4º da Declaração

Universal da UNESCO, aprovada no ano 2001, sobre a Diversidade Cultural. Deste modo, todos devemos ver com sentido de responsabilidade e satisfação a existência de cada vez mais infra-estruturas culturais à disponibilidade dos membros da nossa comunidade. Com isto, volto ao início da minha intervenção para lembrar, voltando a citar Almada Negreiros: «Uma mesa cheia de feijões. O gesto de os juntar num montão único. E o gesto de os separar, um por um, do dito montão. O primeiro gesto é bem mais simples e pede menos tempo que o segundo. Se em vez da mesa fosse um território, em lugar de feijões estariam pessoas. Juntar todas as pessoas num montão único é trabalho menos complicado do que o de personalizar cada uma delas (...)» O trabalho de educar é, como sabemos, bem mais difícil do que o de entreter. E, é nesse sentido, que o nosso trabalho deve incidir. A Cultura é também um “momento” de Educação.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A construção de um multiculturalismo crítico na comunidade açoriana não é uma tarefa fácil e imediata, mas é para lá que caminhamos. Essa é, aliás, uma das tendências do mundo contemporâneo. Nos Açores, é crescente a informação sobre os bens culturais. Essa tendência contribui para a construção de uma escola, no seu sentido lato, mais plural; capaz de formar cidadãos conscientes do seu papel como sujeitos históricos e como agentes de transformação social. As actividades culturais devem ser encaradas como elementos estratégicos para o desenvolvimento das regiões; consideradas como um reforço da imagem e a capacidade de atracção a uma região, desempenhando um papel importante na renovação de zonas urbanas ou rurais. Pelo contrário, a cultura não deve ser encarada como uma actividade pública criadora de despesas suplementares. Mas sim, como uma actividade com forte potencial de crescimento e elementos de criatividade, inovação e produção, cujos fins e consequências devem ser considerados como primordiais. Esta concepção explica em larga medida, os investimentos governamentais na área cultural; apostando-se, cada vez mais na formação e na educação no domínio cultural. Isto, quer queiramos quer não, representa também uma visão de futuro, porquanto a criação de novas competências e o aparecimento de profissões relacionadas com a cultura, oferece, a

breve trecho, uma série de possibilidades suplementares de novos empregos. Isto acontece pela difusão dos produtos e indústrias culturais, que estão intimamente relacionadas com novos estilos de vida, com um potencial de emprego cada vez mais importante, nos sectores ligados à multimédia e à sociedade de informação, por exemplo.

O Governo Regional do Partido Socialista nos Açores trata a Cultura de uma forma diferente. Habitados que estavam alguns a vê-la ser tratada independentemente de outros factores de desenvolvimento, estranham. Não faz mal. A seu tempo, os mesmos que hoje estranham, resmungam e desdenham compreenderão que a Cultura é um elemento integrante das estratégias de desenvolvimento regional; que preservar e desenvolver os nossos instrumentos culturais, investir na formação dos nossos jovens criadores e/ou receptores não é, nada mais, nada menos, senão entender o que dizem estas palavras de Agostinho da Silva, cito: “a visão do autómato é a pior de todas para os amigos do espírito”. Assim e, porque não nos ficamos pelo “monte de feijões em cima da mesa”, continuaremos a separá-los e a “personalizar cada ser que pertence a uma civilização”. Por nós, temos consciência disso e acreditamos (mesmo) que “não há Cultura sem Civilização, nem Civilização que perdure sem Cultura”. Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há cerca de um ano atrás subia a esta tribuna, de viva voz, para dar conta do ponto de situação em que se encontrava o cumprimento dos compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista para a Ilha Terceira. Tais compromissos, consagrados no IX Programa do Governo, tem como objectivo nevrálgico promover, de uma forma responsável e competente, o desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

Os governos regionais do Partido Socialista tem vindo a assumir e a privilegiar como prioridade da sua acção governativa, políticas assentes nos mais diversos vectores visando, sempre, o crescimento e desenvolvimento do nosso arquipélago, compreendendo sempre a dimensão e sem nunca passar ao lado das condicionantes da ultraperifericidade ou dispersão geográfica das nossas ilhas.

De facto esta é a nova realidade que se vive no seio da nossa comunidade, a acção governativa socialista não se tem restringido somente ao que foi idealizado nas páginas do programa de Governo, muito pelo contrário, é real e é um dos aspectos que cada vez mais demonstra que foi bem empregue a confiança que os açorianos depositaram no Partido Socialista.

No que concerne em particular aos investimentos concretizados na Ilha Terceira, verifica-se, de forma clara e inequívoca, que a nossa terra está cada vez mais diferente, e diferente porque mudou, mudou para melhor, para muito melhor. Esta realidade é de fácil constatação no nosso quotidiano, nos domínios económico, social e cultural, fruto da implementação duma nova geração de políticas específicas que dá uma resposta real e objectiva aos anseios e ambições dos terceirenses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não queremos, de modo algum, trazer para este debate a discussão sobre os 20 anos, sombrios e cinzentos, de governação do PPD/PSD nos Açores, apesar de sermos críticos em relação ao estado de visível desprezo e abandono em que encontrámos a ilha em 1996, após a primeira vitória nas legislativas regionais, estado esse, em que era inexistente todo um necessário conjunto de políticas que promovesse um impulso no seu desenvolvimento económico e social. Felizmente, para os terceirenses e para os açorianos, as “trevas” já lá vão, já lá vai o tempo da irresponsabilidade e demagogia, hoje o céu está límpido, como nunca, e o sol brilha.

De facto como salientei, inicialmente, não interessa falar nisso, hoje. A palavra “Açores” e o nome das suas nove belas pérolas são sinónimo de Futuro, de progresso e de desenvolvimento.

No entanto, não deixa de ser estranho, que ultimamente estejamos a assistir a uma série de declarações demagógicas e irresponsáveis, por parte do maior partido da

oposição, através do seu líder açoriano, apresentando um rol de críticas, sem aparente critério, à acção do Governo Regional.

É de estranhar que, à medida que o actual Governo Regional lança a primeira pedra, apresenta algum projecto ou inaugura alguma outra obra, dando pleno cumprimento aos compromissos eleitorais assumidos perante as açorianas e os açorianos, então lá aparece líder do PPD, qual “Velho do Restelo”, a desbaratar críticas, acusações e mais dúzia e meia de barbaridades que não merece a pena enunciar.

Sei que o Presidente do PSD/Açores tentou demarcar-se, recentemente, dos disparates que proferiu, quiçá num mau dia para ele – o que compreendemos, pois toda a gente tem direito a um dia mau, e até outras, a um ano inteiro de dias maus – no entanto, no nosso modesto entender, não nos disse claramente “ quais as obras que nós não deveremos fazer? Quais são as obras que não são importantes? Em que áreas estamos a desperdiçar os recursos públicos?”

Continuaremos à espera das respostas!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos meses, os terceirenses foram “brindados” com o anúncio de quatro investimentos governamentais de grande vulto, que serão concretizados nos próximos anos nos dois concelhos. Concretamente:

- Na passada segunda-feira, foi assinalado o início da construção da Via Vitorino Nemésio, obra fulcral para o desenvolvimento dos Açores, dado ser um eixo de ligação entre o Concelho da Praia da Vitória e o de Angra do Heroísmo. A mesma terá uma duração de 20 meses e um custo de 20 milhões de euros. Esta mesma via terá uma intervenção em 22 quilómetros, onde vão ser colocados separadores centrais, alargamento médio de 6,6 metros, três passagens desniveladas (superiores), duas rotundas, correcções ao traçado, bermas de interior e exterior, drenagem, qualificação paisagística e caminhos paralelos com 4,5 metros de largura, com zonas de intersecção, separadores da estrada por vedações. Irão também ser implantados dois sistemas de contagem e classificação de veículos, instalada iluminação no troço inicial do traçado e em todas as rotundas e desnivelados, bem como a reformulação de todos os equipamentos de segurança.

Esta obra vem corrigir aquilo que, no passado, os Governos do PPD/PSD, não tiveram habilidade para fazer.

- No que concerne ao Hospital de Angra do Heroísmo, encontra-se a decorrer o restritivo concurso internacional, para a construção da nova unidade hospitalar, obra orçada em 45 milhões de euros. Todo o seu processo de concepção, projecção, construção equipamentos, não foi fácil dada a sua complexidade. O novo hospital da ilha Terceira, deverá estruturar-se com base em seis grandes áreas funcionais, passando a oferecer 19 especialidades médicas, 11 cirurgias e oito de diagnóstico e terapêutica. O bloco operatório disporá de seis salas de operações. Em relação ao número de camas, esta nova unidade vai contar com 216 de internamento normal, em quartos duplos com casa de banho privativa, para além de outras 25 de internamento especial. Sendo de igual modo reorganizadas as valências e as áreas para as consultas externas. Esta unidade significará um grande avanço tecnológico e tendo, em termos do seu funcionamento, todas as condições para dar resposta a situações de catástrofe.

- Em relação à Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, já foi apresentado o seu projecto, estando previsto o lançamento do concurso público este ano. O seu investimento rondará os 10 milhões de euros, será implantada junto ao Palacete Silveira e Paulo, com obra marcante de arquitectura. Este empreendimento cultural, será concebido com os mais avançados materiais de construção e apetrecho com equipamentos de grande avanço tecnológico e funcional. Sendo esta mais uma grande obra importantíssima para a ilha Terceira.

- Foi de igual modo muito recentemente assinado o contrato de execução com consórcios vencedores, que irão construir e reabilitar a marginal e o Paul da Praia da Vitória, concretizando um sonho de muitas gerações praienses. O seu projecto abrange todo o litoral da Cidade numa extensão de 3 Km, estando ainda integrado um Parque Ambiental Urbano. O custo da obra ronda os treze milhões de euros, e tem um prazo de execução de 22 meses. Esta obra vai ao encontro de outras similares, como modelo de desenvolvimento económico dada a sua vertente de aproximação junto ao mar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por mais que os responsáveis políticos do maior Partido da oposição PPD/PSD, se esforcem a passar uma mensagem de que a Ilha Terceira está a ficar para trás, a prova está à vista de todos: de como o Partido Socialista na sua acção governativa, se tem empenhado em dar cumprimento na integral aos seus compromissos eleitorais. Sendo de realçar que o trabalho não se resume, nem de perto nem de longe, às grandes obras. A sua actividade governativa é contínua, tendo por base o constante reforço de políticas que visam dar resposta aos anseios e necessidades das suas populações, de modo a permitir que todos tenham as mesmas oportunidades, e que cada vez mais haja mais e melhor qualidade de vida.

É pena que tal realidade não alegre todos da mesma forma!

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados António Ventura, António Toste, Carla Bretão e José Gaspar.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Deputado Osório acabou de explanar na tribuna, acaba por ser mais uma declaração da realização da obra, da intenção da obra e exclusivamente à volta deste título “obra”, contabilização de quilómetros de estrada, contabilização de metros de blocos e nada, mesmo nada foi dito relativamente ao bem estar e qualidade de vida das pessoas, quando parece que tudo se cinge de facto a isso.

As obras tornam-se eternamente inacabadas se a elas não estiver uma estratégia associada.

Os senhores se não acreditam naquilo que a gente diz, pois deixem-me ler-vos a declaração de alguém que é militante do vosso partido, é dirigente do Banco Alimentar e que diz o seguinte em relação à Ilha Terceira: “o número de pessoas

pobres na Ilha Terceira tem vindo a aumentar em termos oficiais” – Ricardo Barros, Presidente do Banco Alimentar.

Tenho dito.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Ventura, eu vou deixar de falar das obras que o senhor tanto mal fala, tanto pinta de preto, afirma que não se fala nas pessoas e vou citar o “Diário Insular” de hoje, aquilo que está dito pelo líder do PSD: “para fazer obras não é preciso um Governo, é preciso um gabinete técnico, 6 pessoas para programar, fiscalizar, lançar as obras. O Governo diz se é bom ou mau”.

É lamentável é que este seu líder parlamentar, quando esteve no Governo Regional, não utilizou este método e quando esteve no Governo Central também não utilizou o método de ter 6 pessoas para fazer estas obras.

Quando o senhor diz que as obras não interessam e que temos que olhar para as pessoas, o mesmo jornal diz: “Açores entre as 3 Regiões mais dinâmicas do País”. Isso quer dizer alguma coisa.

“Os Açores encontram-se, tal como a Madeira e o Algarve entre as 3 Regiões nacionais mais dinâmicas, em termos de crescimento empresarial no período de 2000/2004”, avança um estudo divulgado o mês passado.

De acordo com o documento sobre as pequenas e médias empresas em Portugal, o número de empresas com sede na Região aumentou por ano, em média, 12%, sendo que o Algarve e Madeira ficaram com um acréscimo de 10.9% e a Madeira 15%, respectivamente.

Segundo os mesmos dados divulgados, o crescimento do número de empregos criados nas regiões, provocou também um acréscimo de postos de trabalho, na ordem dos 10% de 2000 a 2004, onde os Açores registaram uma taxa de 10.8%, o Algarve 9.3% e a Madeira 10.6%.

O que é que isso quer dizer?

Que todos os investimentos feitos, quer sejam da Câmara, quer sejam do Governo, é uma riqueza, é um bem para as pessoas. As pequenas e médias empresas, neste momento, representam 77% do emprego.

Mas para aquilo que o senhor diz que está mal, porque o senhor não quer ver, eu vou falar-lhe de mais coisas, que têm sido feitas por estes Governos e que vêm beneficiar directamente os açorianos.

Há 10 anos atrás a população empregada nos Açores era menos de 100 mil pessoas, presentemente são 107.761. Não é uma riqueza para os açorianos, comparativamente ao ano transacto de 2005 para 2006, crescer mais 1,5%?

Entre o quarto trimestre de 2005 e o quarto trimestre de 2006, os números de postos de trabalho na indústria açoriana, passou de 25.500 para 27.500, ou seja mais dois mil postos de trabalho. Não é com este investimento que criamos esta riqueza? Ou será que o senhor está contra esta riqueza?

Para se dar essa riqueza às pessoas é preciso investir e é preciso gastar dinheiro, que é aquilo que os senhores acham que não é preciso.

O que os senhores fazem são “obras com cantigas”, mas não é com isso que elas são feitas.

Fazem-se com investimento e investimento implica dinheiro. Mas isso o senhor não é capaz de ver, infelizmente. Paciência.

Os números indicam ainda aqui, que no período em referência, o número de trabalhadores por conta de outrem, aumentou nos Açores de 83.577 para 84.557. Mais um benefício para todos os açorianos, subindo o total dos trabalhadores que trabalham por conta própria de 20.000 para mais de 20.992.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino Sr. Deputado.

No último trimestre os Açores registaram uma taxa de desemprego de 4%, o que representa menos 10% comparado com o trimestre homólogo de 2005.

E como o seu líder parlamentar diz que são estes os resultados dos açorianos e é com estes resultados mais o voto massivamente expresso pelos açorianos em 2004, que se avalia o trabalho deste Governo.

Eu espero que o senhor tenha percebido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria realmente de ter mais tempo, mas não o tenho e o que eu queria dizer ao Sr. Deputado Osório é que realmente já cá nos faltava um relatório desta natureza e ele gosta muito, com certeza, de olhar para o betão e não pensa no que o rodeia.

Não nos interessa um rol de obras, interessa-nos muito mais e nós não estamos aqui contra as obras que irão fazer, porque são todas muito bem vindas, apenas deveriam ser inseridas numa estratégia de verdadeiro desenvolvimento para a Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: No entanto essas obras de que tanto fala, estamos à espera delas há imenso tempo e posso dizer-lhe que a Biblioteca Pública era para abrir as suas portas em 2005; a aerogare era para estar concluída em 2004. Eu tenho aqui mais mas são tantos os anúncios que eu nem sequer tenho tempo para falar nas datas que foram sendo prometidas.

Estou a lembrar-me, por exemplo, do segundo adiamento da nossa central geotérmica.

Para além disso eu aconselhava o Sr. Deputado, por exemplo, a analisar as estatísticas do turismo. Analise e depois conversamos. Analise a política de transportes aéreos para a Ilha Terceira e depois conversamos.

Não faça apenas um rol de obras, que estão prometidas há imenso tempo.

Por exemplo a via Vitorino Nemésio é uma das obras mais importantes, que já deveria ter sido começada há muito tempo na Ilha Terceira.

Ainda bem que ela vai começar e ainda bem que as pessoas que por lá passam todos os dias vão ter uma obra, penso eu, dentro de 22 meses. O senhor referiu 20, mas na comunicação social passou 22 meses.

Eu só espero que não aconteça o mesmo que aconteceu com a requalificação do Porto das Pipas, porque foi uma obra que ficou atrasada em 32 meses, teve uma derrapagem orçamental de 4,2 milhões de euros e isto tudo por erros de projecto. E vamos lá ver, um piso maravilhoso que agora foi pintado com riscas amarelas, por isso eu sinceramente quanto a estas obras eu nem sequer me vou pronunciar.

No entanto, eu só pedia ao Sr. Deputado Osório e ao Sr. Deputado António Toste que olhassem para a Ilha Terceira em termos de estratégia de desenvolvimento ...

Deputado Osório Silva (PS): Mas a nossa estratégia de desenvolvimento não é a mesma do PSD!

A Oradora: ... e não apenas para uma lista de obras.

Já que falou em Câmara Municipal ...

Deputado António Toste (PS): Falei em todas as Câmaras!

A Oradora: Falou, falou dos apoios, disto e daquilo.

... analise com maior cuidado a actividade da Câmara Municipal que o Sr. Vice-Presidente do Governo deixou de pernas para o ar.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Lima.

(*) **Deputado José Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente quero dizer que o que o Governo Regional está a fazer na Ilha Terceira é aquilo que prometeu aos terceirenses, no seu manifesto em 2004 e está a fazer muito bem.

Ao Sr. Deputado António Ventura, quero dizer o seguinte: quando se fala na biblioteca, nos hospitais, na via rápida, em todas essas obras, não se está a falar em pessoas? Estamos a falar aqui em animais? Sinceramente, Sr. Deputado. Pensei que o senhor fosse um bocadinho mais inteligente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem!*

O Orador: Relativamente à pobreza que o senhor falou na Ilha Terceira, quero dizer-lhe muito sinceramente o seguinte: a pobreza hoje está de portas abertas. Nós conhecemos as situações de pobreza. No tempo dos senhores a pobreza estava escondida. Não havia pobres! Não havia drogados! Não haviam alcoólicos!

Hoje em dia há isso tudo porque nós abrimos o apoio a toda a essa gente, a todas essas pessoas que necessitam de ajuda.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

À Deputada Carla Bretão quero dizer o seguinte: quando nós olhamos para a Ilha Terceira o que vemos não é o que os senhores andaram a fazer durante 20 anos, porque apenas faziam obras de fachada e só as faziam na altura das eleições, mais nada.

Quero dizer-lhe mais, tudo tem a sua altura, a sua época, e o seu tempo.

Nada se faz fora de tempo, por isso as obras estão a ser efectuadas na sua altura, no seu tempo e na sua época e os terceirenses sabem isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Não haviam pobres, nem toxicodependentes no tempo do PSD, porque estavam escondidos na Secretaria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Osório Silva trouxe aqui a elencagem das obras e referiu a nova geração de políticas que o Governo traz e os seus objectivos e eu gostaria que o Sr. Deputado aprofundasse mais o que é esta nova geração de políticas, sobretudo para a Ilha Terceira, porque eu ainda não consegui perceber.

O Sr. Deputado afirma aqui que a Terceira foi “brindada” pelas obras, pela benevolência do Governo Regional e o primeiro “brinde” e muito bem, porque é excelente, tem a ver com a via rápida Angra-Praia que finalmente ao fim de dezenas de anos vai ser feita.

Fiquei um bocadinho preocupado quando ouvi que iam lançar a primeira pedra da via rápida. Julguei que iam pôr calçada, mas afinal o Sr. Secretário já esclareceu que irá ser asfalto e irá ficar, pelos vistos, bem feita.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Os senhores vão fazer uma coisa muito bem feita, agora o que os senhores estão fazendo relativamente ao porto da Praia é verdadeiramente lamentável. Tiveram a arte e o engenho de meter o império no meio de uma rotunda, um império do Espírito Santo, plantado no meio de uma rotunda e depois corrigiram, desnível para aqui, cruzamento para acolá e isto há-de ficar para memória futura. As pessoas hão-de fazer a festa entre os carros.

Portanto foi o final da via rápida que os senhores amputaram, o 5.º troço. É da vossa responsabilidade e estão atamancando o fim da via rápida.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

O Orador: Depois o Sr. Deputado diz que o Hospital vai custar 45 milhões de euros. Qual é a parte que vai custar 45 milhões de euros? E quanto é que vai custar o investimento total? Já que vem com essas informações e com esses números.

Eu não vou fazer, obviamente, comentários sobre as valências do Hospital, porque não estavam de modo nenhum correctas, mas não vou entrar por aí.

Eu gostaria que o senhor me explicasse quanto é o investimento total, quando é que fica pronto e a que é que dizem respeito estes 45 milhões de euros.

Quanto à Biblioteca, vai ficar enclausurada nos claustros dos Remédios, metida ali.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Um projecto arquitectónico de grande qualidade!

O Orador: E de grandes materiais!

Vai ficar enclausurada, mas foi o espaço que os senhores arranjaram para meter o arquivo.

O senhor vai-me explicar quando é que arranca a obra?

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não é para arrancar, é para construir!

O Orador: Quando é que começa? E quanto é que custou aquela página, aquele encarte publicitário que os senhores andaram fazendo nos jornais, na propaganda mais pura?

Gostaria também que me explicasse quanto é que isso custa?

Os senhores estão “entalados” por causa da escola de S. Carlos e andam fazendo anúncios quando sabem que a obra não vai começar no tempo previsto.

Esclareça isso.

Relativamente à marginal queria saber quem é que irá fazê-la.

O Sr. Presidente da Câmara da Praia diz que é ele...

Deputado Francisco Coelho (PS): Faz-se um gabinete técnico Sr. Deputado!

O Orador: O seu Governo, diz que é ele. Portanto entendam-se.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Cooperação, Sr. Deputado, cooperação!

O Orador: Por último referiu-se aqui ao Porto de Pipas. Eu refiro o “buraco do barata”...

Deputado José Lima (PS): Ele vai ser tapado como tantos outros já foram!

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): O buraco do barata?

O Orador: Sr. Secretário, acalme-se!

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Eu estou calmo, o senhor é que está a perturbar-me! Enfia “o barata” na Terceira?!

O Orador: Sr. Deputado Osório Silva, o senhor explique o que é que vai pôr no “buraco do barata”?

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: Para terminar quando se fala em atirar dinheiro para cima das pessoas, temos o projecto geotérmico, onde os senhores enfiaram dinheiro pelo chão abaixo e ainda não se viu nada.

Agradecia as suas explicações.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Sr. Secretário tome um Xanax! Relaxe!

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Não é preciso. O senhor é que precisa de um Xanax com a proximidade do Congresso. Até já fala no “buraco do barata”!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que não vou ter tempo para responder a todas as questões colocadas pelo Sr. Deputado Artur Lima, mas terei todo o gosto e certamente ao longo desta Legislatura vamos ter oportunidade de debater mais vezes temas que têm a ver com investimentos que estão a ser concretizados na Ilha Terceira.

Antes de chegar ao Sr. Deputado Artur Lima, gostaria de dizer que a estratégia do Partido Socialista passa, de facto, em primeiro lugar por tirar da estagnação a Ilha Terceira, do estado em que nós a encontramos em 1996.

Eu gostaria de dar aqui ao Sr. Deputado António Ventura e à Sra. Deputada Carla Bretão alguns exemplos do porquê da estratégia do PS para a Terceira:

- Concretamente, em relação à aerogare civil da Lajes, como sabem, e já foi aqui esclarecido na discussão do Orçamento, os terrenos dessa aerogare não pertenciam à Região;

- O porto da Praia da Vitória, encontrava-se sem qualquer maquinaria para a sua operacionalidade, sem existência de rebocador, de uma gare de passageiros, de um cais acostável para o transporte marítimo entre ilhas, aliás sem a existência de uma política de transporte de passageiros inter-ilhas;

- Faço referência também ao estado em que se encontrava o porto de pescas da Praia da Vitória;

- Lembro também o Centro de Saúde da Praia da Vitória que teve que ser o Governo Regional do PS a concretizar esse investimento.

Portanto, é uma estratégia e é uma obra para a qualidade de vida da população, no caso concreto, do Concelho da Praia da Vitória.

Em relação ao parque industrial da Praia da Vitória, como sabem, era um parque praticamente inoperacional, foi encontrado num estado em que nem infra-estruturas

existiam e dado a sua importância para o desenvolvimento económico da Ilha, para a implementação de empresas e de infra-estruturas empresariais, sofreu remodelações.

Também a existência de Centros de Congressos na Ilha, passa também por uma estratégia de trazer turismo para a nossa ilha.

Em relação às vias públicas nota-se uma grande diferença – os terceirenses sentem isso, no seu dia-a-dia quando se deslocam para o seu trabalho – no estado em que vias se encontram hoje na Ilha Terceira.

A verdade é que, infelizmente, era essa a realidade. Em 20 anos houve estradas que não sofreram qualquer intervenção por parte dos Governos do PSD.

Em relação às políticas para as pessoas, estão a esquecer-se da política de habitação, o combate às barracas que era uma realidade e era a vergonha do PPD/PSD, nos governos de então.

A política existente actualmente de apoio aos jovens, custos controlados e auto-construção, é uma realidade.

Nós, Deputados do PS, muito recentemente tivemos oportunidade de ver “*in loco*” esta nova realidade no seio da nossa terra.

Esta é uma realidade. O estado em que se encontrava e os problemas que existiam.

Sr. Deputado António Ventura, bem se lembra dos atrasos no pagamento do leite, nos problemas de abastecimento de água à lavoura, nos problemas dos caminhos rurais.

Esta era a realidade que os senhores deixaram. Esta é a estratégia que nós temos hoje para o desenvolvimento da Ilha Terceira e dos Açores.

A regularização dos funcionários públicos era uma situação inexistente nos Açores.

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, gostaria de dizer que o PS assume aquilo que faz e em relação ao 5.º troço foi uma estratégia, é uma obra que está a ser feita pelo Governo e nós assumimo-la.

Deputada Artur Lima (CDS/PP): Ah! Foi uma estratégia! Muito bem!

O Orador: O senhor irá reconhecer no futuro a importância e a forma como aquela obra foi feita, que tem a ver também com a questão da implementação e da construção da marginal da Praia da Vitória.

A marginal da Praia da Vitória é de facto da Câmara Municipal, mas também é do Governo, o Governo é que comparticipa. Aliás, acima de tudo é uma obra dos açorianos e em particular dos praienses.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Governo).

Presidente: Srs. Deputados são 18 horas. Ficam prejudicadas as intervenções dos outros senhores Deputados que estão inscritos.

Vamos interromper e eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se encontrarem comigo

(Eram 18 horas)

Presidente: Srs. Deputados vamos então recomeçar.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Eu chamava um Sr. Deputado do PSD para fazer a apresentação duma Proposta de Resolução que **“recomenda ao Governo Regional dos Açores a elaboração de um relatório informativo e explicativo sobre o clima de qualidade do ar na Região, a apresentar ao Parlamento com a periodicidade anual”**.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde os anos oitenta que a comunidade internacional tem estado atenta e apreensiva às mudanças climáticas no Planeta, principalmente às provenientes do “efeito de

estufa” com origem em actividades antropogénicas. É de tal modo esta preocupação que já foi classificada, como a problemática mais grave da contemporaneidade.

Calcula-se que com o início da revolução industrial as emissões de CO₂ para a atmosfera derivada da combustão dos combustíveis fósseis e da desflorestação, contribuíram com um aumento de 30% na concentração atmosférica de CO₂. Ao manter-se este ritmo o “habitat” do Homem e os recursos naturais serão afectados.

Com efeito, a variabilidade climática e a qualidade do ar determinam a sustentabilidade, a habitabilidade e a salubridade dos espaços geográficos, condicionam a maioria das actividades socioeconómicas da humanidade e regulam a disponibilidade de recursos naturais como a água e o solo.

O quarto relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas confirma o aquecimento em curso no Planeta e o grau de responsabilidade humana, o que obriga a humanidade a repensar no mundo tal como o vivemos, aliás, a diferença entre o terceiro relatório, emitido em 2001, e este último reside na comprovação com maior certeza da influência do Homem nas alterações climáticas.

O Clima sempre evoluiu desde o início da terra, mas a acção do Homem está a acelerar esta evolução, provocando modificações irreversíveis sobre a composição da atmosfera, modificações que afectam a vida na Terra.

É sabido que a existência de vida na terra só é possível pelo equilíbrio que a natureza garante, ou seja, contrabalança-se para não fazer frio demais ou calor em excesso, quando se quebra este equilíbrio os danos acontecem para os seres vivos, especialmente por via da redução dos recursos naturais, como água potável e alimentos.

A este respeito, os cálculos mais recentes das Nações Unidas apontam que por conta de problemas ambientais, cerca de 50 milhões pessoas serão refugiadas, dentro dos próximos cinco anos.

A qualidade do ar e a protecção da atmosfera são recursos vitais, cuja contaminação deriva em malefícios para a saúde humana e o meio ambiente.

Para a saúde humana são vários os impactos directos e indirectos em resultado das alterações climáticas, entre outros, destacam-se o acréscimo de mortes provocadas

pelo calor, as doenças relacionadas com a poluição atmosférica ou as doenças transmitidas pela água e pelos alimentos.

Certamente já todos percebemos que estamos num novo tempo que é mais do que proteger o ambiente, trata-se, agora, de não ultrapassar determinados limites que colocam em risco a nossa existência. Este é um grande desafio da humanidade.

Limites que a humanidade, em alguns casos, está a desrespeitar e cujas consequências começam a ser visíveis, como acontece com a subida da água do mar ou o consumo actual de recursos naturais que supera a capacidade de regeneração do planeta em 25%. Convém aqui recordar as palavras de Al Gore “hoje vivemos uma emergência planetária”.

Todavia, e segundo os cientistas, ainda vamos a tempo de abrandar as ocorrências futuras o que passa, sobretudo, por uma profunda consciencialização dos cidadãos e, particularmente, dos decisores políticos sobre esta temática.

Face a este optimismo é urgente acompanhar, estudar, sensibilizar e formar para esta questão.

Uma actuação que deve ser especificamente dirigida em cada País e em cada Região, pois o clima pode comportar-se de modo diferente de região para região, isto é, cada Região pode apresentar um padrão evolutivo muito particular.

Neste sentido, interessa perceber como evolui nos Açores a concentração de diversos poluentes, como o ozono, óxidos de azoto, monóxido de carbono, dióxido de enxofre ou os compostos orgânicos.

Interessa perceber se os padrões de temperatura e precipitação estão a alterar-se.

Interessa perceber quais os factores que estão na base destas tendências e quais os possíveis cenários futuros.

E, interessa, por exemplo, perceber em que medida serão afectados, os recursos naturais as actividades económicas, a biodiversidade e as próprias pessoas nos seus hábitos de vida.

Alguns estudos efectuados na Região referem que o aquecimento está a ocorrer também no Arquipélago, com um aumento da temperatura e uma diminuição da precipitação.

Desde logo a água é um recurso vital em ilhas como as nossas e, especialmente algumas Ilhas, são bastante vulneráveis à existência de água.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O clima e avaliação da qualidade do ar devem assumir-se numa preocupação política também nos Açores, no intuito de serem encontradas actuações e orientações que minimizar estas preocupações, pois temos de estar decididos a proteger-nos e a proteger as próximas gerações.

Combater as mudanças climáticas é um imperativo dos nossos dias, que se enfrenta com coragem política e desde a integração de considerações ambientais em todos os sectores de actividade socioeconómicos.

É perante a importância deste assunto que tem tanto de universal como Regional que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve ser informada regularmente sobre a tendência do clima e a qualidade do ar no Arquipélago.

Uma comunicação explicativa e elucidativa, baseada no rigor científico possível.

Para terminar recorro as palavras de Adlai Stevenson, no seu discurso nas Nações Unidas em 1965, porque são as palavras que melhor demonstram a realidade actual, passo a citar: “Nós viajamos todos juntos, passageiros numa pequena nave espacial, dependentes das suas reservas vulneráveis em solo, ar e água...” fim de citação.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD) e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Está apresentado o diploma que baixa à respectiva Comissão para apreciação e parecer.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que como sabem é um **“Recurso para plenário nos termos do artº. 121º. do Regimento”**, apresentado pelo Sr. Deputado Independente Paulo Gusmão.

O recurso foi apresentado e distribuído aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares.

Trata-se de um recurso sobre um despacho meu, que não aceitei uma Proposta de Resolução do Sr. Deputado Independente e, portanto, importa agora nos termos do artº. 121º. do Regimento fazer o respectivo debate e votação.

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os. Srs. Deputados que aceitam o recurso por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que não aceitam façam favor de se sentar.

Secretário: O requerimento foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP

Presidente: Passamos ao ponto 3 da nossa ordem de trabalhos: **Projecto de Decreto Legislativo Regional – Regime das Precedências Protocolares e Luto Regional na Região Autónoma dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A particular configuração que as regras das precedências protocolares assumem no quadro da autonomia política e a necessidade de tipificar a declaração de luto regional, designadamente pelo falecimento de alguns dos titulares dos órgãos de governo próprio, levaram o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a elaborar e a apresentar este Projecto de Decreto Legislativo Regional, que visa o estabelecimento de um regime específico das precedências protocolares e do luto regional na Região Autónoma dos Açores.

Entendemos que o cerimonial regional deve reflectir a estrutura constitucional da Autonomia e traduzir a percepção que a sociedade tem dos titulares dos diversos órgãos e poderes, conferindo a necessária precedência e importância protocolar aos titulares dos órgãos de governo próprio dos Açores.

Esta é uma iniciativa inédita e pioneira no quadro da Autonomia.

Em Comissão tivemos oportunidade, em sequência de um debate longo e profícuo, de melhorar a iniciativa do Partido Socialista, afirmando o pluralismo e a denominação democrática da Autonomia.

Esta iniciativa dignifica o estatuto da oposição, atribui particular relevância aos líderes regionais dos partidos da oposição, destacando o papel do líder do maior partido da oposição, o qual é objecto de tratamento diferenciado.

Entendemos que em resultado de todo este trabalho, de toda a reflexão feita em torno desta iniciativa, trazemos aqui, com as alterações que a Comissão propõe e que o

Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreve, um diploma equilibrado, uma boa iniciativa, afirmando de uma forma clara a Autonomia e os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir pela voz do Sr. Deputado Hernâni Jorge, aliás replicando o que diz a exposição de motivos deste Projecto de Decreto Legislativo Regional, e vou citar, que ele se funda “na particular configuração que as regras das precedências protocolares assumem no quadro da autonomia política, fundamentam o estabelecimento de um regime específico das precedências protocolares na Região Autónoma dos Açores”.

Este diploma invoca expressamente as particulares configurações de regras de cerimonial e de protocolo na Região Autónoma dos Açores e é uma iniciativa legislativa que é apresentada nesta câmara depois de ter sido aprovada na Assembleia da República, e submetida à audição também deste Parlamento, a Lei 40/2006, de 25 de Agosto, que estabelece as precedências do protocolo do Estado Português – e sublinho “Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português” – aplicável a todo o território nacional, incluindo as suas Regiões Autónomas, como não pode deixar de ser, e aplicável às cerimónias nacionais, regionais e do poder local em todo o território português.

Invocando este Projecto de Decreto Legislativo Regional a particular configuração das regras protocolares na Região, é um projecto que subverte os princípios estabelecidos na Lei de Protocolo do Estado e, desde logo, subverte o princípio da garantia do pluralismo.

Assumindo este Projecto de Decreto Legislativo Regional, agora apresentado pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, que há uma especial configuração das regras protocolares nos Açores, nada justifica, nem nada autoriza a omissão, deliberada, intencional e errada, da garantia do pluralismo, que é aquela garantia que assegura que todas as entidades públicas e as altas entidades de órgãos equiparados ou de

órgãos de natureza inferior, no caso do poder local, sejam convidadas para as cerimónias públicas, organizadas por um determinado órgão.

Não se compreende o porquê desta omissão da garantia do pluralismo nesta iniciativa que invoca precisamente a particular configuração das regras protocolares do Estado.

A pergunta que a bancada do Partido Social Democrata faz é se essa particular configuração das regras protocolares nos Açores não incluem o pluralismo, isto é, se os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista querem excluir o pluralismo nas cerimónias oficiais realizadas na Região Autónoma dos Açores?

A segunda observação é que este diploma viola as regras de precedência estabelecidas pelo protocolo do Estado Português – e volto a sublinhar, as regras de precedência do protocolo do Estado Português.

Viola estas regras, desde logo, quanto às chefias militares: quanto ao Comandante Operacional dos Açores (no caso que nos interessa, porque estamos nos Açores), ao Comandante da Zona Militar dos Açores, ao Comandante da Zona Marítima dos Açores e ao Comandante da Zona Aérea dos Açores.

Estabelece uma inserção e uma precedência protocolar inferior e diferente da regra estabelecida no plano nacional, na Lei 40/2006.

A pergunta que se faz é: qual é a particular configuração da situação dos Açores que permite esta violação descarada, inútil e abusiva de regras do protocolo do Estado fixadas na Lei 40/2006?

Estabelece uma precedência errada, violando as regras do protocolo do Estado para o Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, dando precedência protocolar aos conselhos de ilha, violando a regra protocolar estabelecida para o órgão equivalente no plano nacional que é a Associação Nacional de Municípios.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Esta proposta maltrata o Presidente da Assembleia Legislativa!

O Orador: Estabelece uma precedência protocolar inusitada para os chefes de gabinete dos membros do Governo Regional sobre os Directores Regionais, órgãos de topo da Administração Pública Regional, invertendo a ordem de precedência equivalente na Lei do Protocolo do Estado Português que privilegia os Directores

Regionais sobre os chefes de gabinete dos membros do Governo, sem que se perceba qual é a particular configuração e qual é a particular necessidade desta inversão na Região Autónoma dos Açores.

Mas mais grave do que tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

O artigo 9º desta iniciativa legislativa é um atentado à Autonomia e é um atentado à dignidade protocolar que é devida a V. Exa. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É para nós inaceitável a todos os títulos que se subverta a regra de precedência protocolar que estabelece que a primeira figura dos órgãos de governo próprio da Região é o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e não o Sr. Presidente do Governo Regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Não só a Lei do Protocolo do Estado o consagra, como 30 anos de Autonomia Democrática dos Açores o estabeleceram como uma praxe democrática, constitucional e autonómica por todos, sempre respeitada.

É uma vergonha para a Autonomia, repito, é uma vergonha para a Autonomia, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tente agora subverter uma praxe autonómica e tente subverter princípios vertidos no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que concede uma primazia protocolar devida ao Presidente do primeiro órgão da Autonomia, que é a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A norma do artigo 9º, nº 2 do Projecto de Decreto Legislativo Regional, estabelece que nas cerimónias organizadas pelo Governo Regional, o Sr. Presidente do Governo Regional tem precedência protocolar sobre o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Não há memória na democracia portuguesa de regra semelhante a esta que ponha de parte a precedência protocolar devida ao Presidente do Parlamento, nem no plano nacional, nem na Região Autónoma dos Açores e até hoje – e espero que para o

futuro esta norma seja retirada deste Projecto de Decreto Legislativo Regional – isso nunca aconteceu na Região Autónoma dos Açores.

É a primeira vez que isto vem acontecendo e acontece violando o artigo 5º do Estatuto Político-Administrativo dos Açores que estabelece, curiosamente, que a Região é representada pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Leia a seguir!

O Orador: Quero lembrar que esta norma foi introduzida na última revisão do Estatuto precisamente por insistência da bancada do Partido Socialista.

Quer dizer que esta norma consagra e traduz no plano protocolar aquilo que é devido ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, que é a sua precedência protocolar sobre toda e qualquer outra entidade de órgão regional na Região Autónoma dos Açores.

Em terceiro lugar, para dizer que este diploma é desequilibrado nas soluções protocolares que apresenta.

É um diploma desequilibrado, porque se afasta das regras protocolares estabelecidas pelo protocolo de Estado. É desequilibrado, porque reflecte uma súbita mudança de humor – e direi de humor político – dos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que a 16 de Junho de 2006, nesta câmara, num relatório aprovado por unanimidade, na Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, a propósito da audição de duas iniciativas legislativas que deram origem exactamente à Lei 40/2006, que é a Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português, os Srs. Deputados do Partido Socialista, conjuntamente com os Srs. Deputados do Partido Social Democrata, asseguravam (passo a citar o artigo 9º-A da proposta aprovada): “nas cerimónias realizadas nas Regiões Autónomas, os respectivos Representante da República e Presidentes da Assembleia Legislativa e do Governo Regional, têm posição protocolar imediatamente à do Primeiro-Ministro”. Isto é, há um ano atrás, o Partido Socialista assumia – e bem – que na Região Autónoma dos Açores a precedência protocolar, primeira, dos órgãos regionais, é do Sr. Presidente da Assembleia. Um ano depois muda de opinião.

A pergunta é: por que é que muda de opinião passado um ano?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Francisco Coelho (PS): Não mudou de opinião, Sr. Deputado! Logo se verá!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: Enganou-se na altura.

Deputado Francisco Coelho (PS): O âmbito é diferente!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma, e para sintetizar esta primeira intervenção, é ilegal nas suas soluções, é errado nos seus princípios e é infeliz nos seus objectivos.

O Partido Social Democrata, desde já, anuncia que irá votar contra este diploma, porque ele ofende princípios que são para nós fundamentais e, desde logo, ofende de uma maneira indelével e inaceitável a precedência que é devida ao Presidente da Assembleia Legislativa em todos os actos realizados na Região Autónoma dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma não será, no nosso entender, uma grande barbaridade, como o Sr. Deputado Pedro Gomes quer fazer crer. Padece, no entanto, de algumas coisas que poderiam ser melhoradas.

Já que estamos a falar, falemos também em termos de democracia, da legitimidade dos partidos, que também devia preocupar o Sr. Deputado Pedro Gomes na sua belíssima intervenção que acabou de fazer.

Por exemplo: por que é que num regime democrático se distingue o líder do maior partido da oposição dando-lhe um alto destaque no protocolo, a nível nacional e a nível regional? Qual é o fundamento democrático para isso?

A esse pormenor o Sr. Deputado não faz caso.

É pelo número de votos que os partidos têm mais ou menos legitimidade? É pelo número de Deputados que tem mais ou menos legitimidade?

Não me parece.

Na sua análise rigorosa e purista, também devia preocupar-se com esse assunto.

Este diploma, no entanto, põe os presidentes dos conselhos de ilha numa posição que me parece excessiva, porque o conselho de ilha é um órgão consultivo e sendo um órgão consultivo não devia obviamente estar aqui à frente dos líderes regionais dos partidos, e muito acima. Acho que é excessivo colocar os presidentes dos conselhos de ilha na posição onde estão assim como os líderes regionais dos partidos, sem assento parlamentar, também serem a penúltima figura deste protocolo, uma vez que em democracia não há democracia sem partidos e os partidos devem ser prezados.

No entanto, numa apreciação global o diploma não é assim tão mau quanto isso.

Quanto à figura do Presidente do Governo, isso foi uma confusão eterna durante anos. Nunca se percebeu bem.

Aliás, José Guilherme Reis Leite dizia há bem pouco tempo num noticiário da RDP que este diploma até era aceitável.

Toda a gente sabe que o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional é a primeira figura da Região. Em termos de estatuto isso não está em causa. Eu acho que não fica em causa.

Não vem mal ao mundo quando o Presidente do Governo, numa cerimónia por ele organizada seja a primeira figura. Não vejo grande mal ao mundo por isso e também acho que o Sr. Presidente não se ofenderá muito com isso.

Parece-me aceitável. Não é razão para isso. Agora, os senhores do PSD têm que se lembrar de uma coisa, como eu já aqui chamei a atenção várias vezes: “hoje meu, amanhã teu!”.

Portanto, se no passado não era assim, eu não sei se no futuro não será assim e se os senhores também não se arrependerão.

Nós quando fazemos coisas na oposição, e quando somos um partido do Governo, temos que obviamente pensar quando formos governo, e isso muita gente se esquece. Os partidos grandes, tanto o PS como o PSD, querem fazer as coisas para quando estão no governo.

Nós temos que ser equilibrados e é o equilíbrio que se procura, quando estamos no governo ou estamos na oposição e temos que ser sobretudo institucionais.

Para já, Sr. Presidente, termino por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, duas ou três notas, começando precisamente pela última referência do Sr. Deputado e vou citar também o Estatuto Político-Administrativo.

O Sr. Deputado leu o parágrafo 1º do artigo 5º, mas esqueceu-se de ler o parágrafo 2º do mesmo artigo.

“A Região é ainda representada pelo Presidente do Governo Regional nos casos previstos na Constituição e nas leis e nos decorrentes do exercício das competências próprias do Governo Regional”.

É disso que trata efectivamente a norma do parágrafo 2º do artigo 9º da proposta do Partido Socialista. Conforme disse, e bem, o Sr. Deputado Artur Lima, é de atribuir precedência protocolar, nas cerimónias organizadas pelo Governo Regional, ao Sr. Presidente do Governo. Tão só nestas circunstâncias, tão só isto em cumprimento e em respeito pela regra do nº 2 do artigo 5º do nosso Estatuto e sem desrespeito por ninguém, nem por nada.

Relativamente à questão levantada sobre o esquecimento do pluralismo, Sr. Deputado Pedro Gomes, em democracia o pluralismo está sempre presente.

Em circunstância alguma e em democracia se porá em causa o pluralismo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): A prática do seu Governo tem sido errada, Sr. Deputado!

O Orador: Inclusivamente, na sequência do debate gerado em Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou, apresenta no relatório da Comissão e subscreve conforme já foi referenciado na minha primeira intervenção, uma proposta de aditamento de um artigo que estabelece o princípio da garantia do pluralismo.

Não concordamos minimamente que esta iniciativa esteja ferida de qualquer ilegalidade pelo facto de estabelecer regras específicas que a diferenciam daquilo que são as regras ou os princípios assumidos no diploma do Protocolo do Estado.

Se assim não fosse, se não existissem as especificidades regionais, se não existisse o entendimento diferente relativamente ao papel dos órgãos de governo próprio da

Região no que respeita às regras protocolares e ao cerimonial regional, não havia necessidade desta iniciativa.

Aliás, no relatório citado pelo Deputado Pedro Gomes de Junho passado, o próprio Grupo Parlamentar do PSD entendia que a Região poderia e deveria vir a legislar sobre esta matéria.

Foi isso que o Partido Socialista fez, é isso que o Partido Socialista está a fazer.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado que sabe tão bem ler, leia tudo o que está lá escrito!

O Orador: É ou não verdade, Sr. Deputado Pedro Gomes?

É verdade, Sr. Deputado.

Quanto às outras questões colocadas, designadamente da precedência dos Presidentes dos Conselhos de Ilha relativamente ao Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, uma nota que para nós é essencial e fundamental, é que os conselhos de ilha são órgãos com consagração estatutária e de natureza estatutária.

A Presidência da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores é tão só a presidência de uma entidade privada.

Deputado Alberto Pereira (PSD): E as Sociedades Anónimas? Onde estão consagradas?

O Orador: Temos também o entendimento que os dirigentes máximos da Administração, Directores Regionais, não devem preceder os membros de gabinete, concretamente os responsáveis máximos de gabinete dos membros do Governo Regional.

É este o entendimento que o Partido Socialista assume, que não coincide com o entendimento que consta da Lei da República, mas responsabilmente assumimos esta perspectiva e este entendimento que é o nosso.

Para já fico-me por aqui, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, estimado amigo, começo naturalmente por si, até porque V. Exa. nitidamente merece.

Gostava de lhe lembrar, em primeiro lugar, porque é importante, que, na sequência daquilo que o Sr. Deputado Hernâni Jorge começou por dizer, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assume as propostas de alteração que foram aprovadas em Comissão.

É bom lembrar isto, porque dentro dum espírito de abertura, de aperfeiçoamento, um diploma, obviamente tem a sua complexidade e gera susceptibilidades. Todos sabemos disso.

Houve efectivamente, quer por parte dos deputados do Partido Socialista, quer por parte doutros, importantes aperfeiçoamentos que foram aqui introduzidos, que foram aqui aceites e é bom que seja sobre este conjunto, que é aquele que corresponde à vontade actual do Partido Socialista, que nós nos debrucemos e, desde logo, Sr. Deputado Pedro Gomes, é importante lembrar que a garantia de pluralismo será consagrada nos termos aprovados pela respectiva Comissão.

Gostaria também, Sr. Deputado Pedro Gomes, de lhe dizer que fiquei um pouco surpreendido e diria até um pouco aterrorizado ou ...

Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*): Demente.

O Orador: ... demente - muito obrigado Sr. Secretário Regional - mesmo com aquilo que julguei ser um parte, um sintoma, uma tendência do seu discurso. Pareceu-me, de repente, - espero estar enganado e V. Exa. vai com certeza descansar-me - ver V. Exa. numas vestes que, sinceramente, nunca esperei, um pouco de, há maneira antiga, “policia sinaleiro” da Constituição.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): E a sua bancada é fiscal do futuro!

O Orador: De repente fiquei a pensar que, embora não tenha sido explícito, V. Exa., Sr. Deputado Pedro Gomes, tem dúvidas - e a dúvida é terrível, como sabe - sobre a competência da Região para legislar nesta matéria. O senhor hoje tem dúvidas, mas não tinha, como lembrou o Sr. Deputado Hernâni Jorge, e espero bem que continue a não ter hoje, porque há efectivamente toda a latitude competencial, face à última revisão constitucional para a Região aqui legislar, como está fazendo, e nós temos, noutra sede, falado tanto nestas matérias.

Devo lembrar que também temos órgãos de governo próprio e temos também, como é óbvio, especificidades.

Notou-se, por exemplo, que o Sr. Deputado Pedro Gomes e o seu Grupo Parlamentar não gostam das especificidades de Conselhos de Ilha, porque são órgãos estatutários, temos que considerá-los como órgãos estatutários...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não ponha palavras na minha boca!

O Orador: ... que têm uma representação geográfica de ilha e que hão-de, nessa medida, merecer alguma precedência sobre associações de direito privado.

Portanto, foi usando esta prerrogativa que nós apresentámos esta iniciativa legislativa, que nós entendemos que ela foi melhorada, com espírito de abertura da nossa parte, na respectiva Comissão.

Já agora, Sr. Deputado Pedro Gomes, deixe-me dizer-lhe que o seu dramatismo relativamente ao caso específico e ao âmbito limitado entre as precedências, designadamente no que diz respeito actualmente ao Sr. Presidente do Governo, ou à Sra. Presidente do Governo no futuro, mas usemos a figura assim, a precedência do Sr. Presidente do Governo é absolutamente limitada e o que se faz aqui, embora estas nestas matérias como em todas possa ser discutível, é o seguinte:

Ao nível das três figuras cimeiras da autonomia, pela respectiva ordem, temos: Representante da República, Presidente da Assembleia Legislativa e Presidente do Governo.

A verdade é que cada um deles fica com a respectiva precedência em eventos por eles organizados.

Nós pensamos que isto faz sentido, nós pensamos que isto não diminui de maneira nenhuma o respeito devido, o protocolo geral e a precedência que tem, em todas as demais situações, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa.

Gostava de terminar secundando um pouco o conselho avisado que o Sr. Deputado Artur Lima lhe deu. É que olhemos para este diploma com um certo espírito institucional e um certo espírito de futuro.

Seria bom que o Grupo Parlamentar do PSD ao olhar para este diploma e ao olhar para o nº 2 do seu artigo 9º, quando se fala em Presidente do Governo, não visse

apenas o Sr. Carlos Manuel Martins do Vale César. Veja mais para além disso, porque vai ter, tenho a certeza, uma perspectiva completamente diferente do diploma. Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Essa perspectiva em 3ª existe só em si. Não é no nosso caso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos, antes de mais, aos factos:

Pelos vistos o Sr. Deputado Hernâni Jorge sabe ler o que lhe interessa, mas não quer ler o que não lhe convém.

Permitam-me que leia então, para que fiquemos com a certeza dos factos, o que está relatado no relatório da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho – vejo que tem sublinhada a mesma parte que está sublinhada no meu relatório e que vou ler.

O que o PSD disse na altura, em sede de audição deste Parlamento a propósito das duas iniciativas legislativas que deram origem à Lei 40/2006, lei que estabelece o Protocolo do Estado Português, foi o seguinte, e cito: “O PSD sublinha também que as regras do cerimonial ou do Protocolo do Estado devem ser aplicadas a todo o território português, sem prejuízo, na sequência da lei, se verificar da necessidade de se estabelecer, por meio de Decreto Legislativo Regional, regras próprias quanto ao cerimonial ou ao Protocolo da Região, as quais se deverão articular com aquelas” – fim de citação. E eu sublinho: as quais se deverão articular com aquelas.

O que nós aqui temos hoje não é uma articulação, o que nós temos hoje com este Projecto de Decreto Legislativo Regional é uma alteração completa de regras protocolares estabelecidas para o cerimonial do Estado Português, uma alteração nos aspectos que eu referi na intervenção anterior e, desde logo, é estranho, porque quando o Partido Socialista estabelece na lista de precedências, no seu artigo 6º, a ordem de precedências regional, Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Governo Regional, colocando o Presidente do Governo Regional em terceiro lugar, é o mesmo

Partido Socialista que três artigos à frente subverte a regra de precedência que ele próprio quer aplicar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas isso já foi explicado!

O Orador: A explicação que o Sr. Deputado Francisco Coelho quer dar, não consegue esclarecer esta inversão duma regra protocolar com 30 anos na Região Autónoma dos Açores.

O argumento do Sr. Deputado Francisco Coelho é este: com esta regra do artigo 9º o Sr. Representante da República, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e o Sr. Presidente do Governo Regional presidem na sua casa às respectivas cerimónias. Esta é a linha de argumentação do Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na sua perspectiva!

O Orador: É uma linha de argumentação errada, como explicarei:

É que a lógica deste diploma, como, aliás, foi assinalado pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata na audição feita há um ano atrás, é equiparar nos Açores, salvaguardando as diferenças constitucionais e estatutárias, o Governo Regional ao Governo da República e a Assembleia Legislativa à Assembleia da República. Esta é uma lógica assumida há um ano e é uma lógica assumida pelos deputados do Partido Socialista neste diploma.

Ora, se é assim e se é verdade este pressuposto, então eu devo esclarecer o Sr. Deputado Francisco Coelho e os Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que, no plano nacional, o Sr. Presidente da Assembleia da República não cede, em nenhuma circunstância, a precedência para o Sr. Primeiro Ministro. Em nenhuma circunstância o Presidente da Assembleia da República cede precedência protocolar ao Primeiro Ministro, ao contrário da regra que os Srs. Deputados do Partido Socialista querem impor para um designado protocolo regional que subverte um direito adquirido de 30 anos de autonomia e de prática autonómica nos Açores, sem que se perceba porquê.

Quando o Sr. Deputado Francisco Coelho diz que o Partido Social Democrata não consegue esquecer que o Presidente do Governo Regional se chama Carlos César, não é verdade. Quem não consegue esquecer que o Presidente do Governo Regional se chama Carlos César são os senhores, porque nós lembramos que o Presidente da

Assembleia Legislativa se chama Fernando Menezes e que por acaso é um Deputado do Partido Socialista e não é isso que nos impede de defender a solução que aqui estamos defendendo.

Voices dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não tendo o Sr. Deputado Francisco Coelho, com a habilidade retórica que todos lhe reconhecemos...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): A vossa preocupação com os Presidentes da Assembleia é histórica!

O Orador: A nossa preocupação é com a dignidade das instituições e com o lugar devido e a honra devida a quem tem o primeiro lugar protocolar na Região. Essa é que é a questão e os senhores, habituados a confundir o partido com o Estado e o partido com o Governo, não querem aceitar isto. Mal andam os senhores!

Voices dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): “*Crème de la crème!*”

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu podia estar distraído, mas sinceramente para mim é uma questão importante, Sr. Deputado Pedro Gomes. Se estava distraído ou se não percebi, peço desculpa, mas julgo que o Sr. Deputado não respondeu à minha questão, ou seja, o Sr. Deputado acha ou não que a Região tem competência legislativa nesta matéria?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se não tivesse não estávamos aqui a discutir.

O Orador: Para mim é muito importante a sua resposta e a sua opinião.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serei breve. Apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Coelho. A Região tem competência legislativa nesta matéria, que não fiquem dúvidas. Tem competência legislativa nos termos em que o Partido Social Democrata expressou há um ano atrás, que é competência legislativa nesta matéria de modo a que as regras do

protocolo se articulem e se contendam dentro das regras do Protocolo do Estado Português.

Aquilo que os senhores querem fazer com esta iniciativa legislativa não é isso. Querem é subverter o Protocolo do Estado Português ajeitando-o a uma conveniência de momento e também a um jogo político de interesse do líder do vosso partido.

Assim sendo, não contem com o voto do Partido Social Democrata.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, eu começo verdadeiramente a ficar assustado, porque o senhor acaba de criar mais um limite à competência legislativa da Região.

Eu pensava que com a Revisão Constitucional, isto entende-se agora por competência legislativa da Região, por matérias...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado sabe melhor do que ninguém o que eu penso sobre essa matéria.

O Orador: Eu pensava que sabia, Sr. Deputado. Estou ficando confuso, porque desapareceram os conceitos básicos e indeterminados, desapareceu o interesse específico, desapareceram as Leis Gerais da República, desapareceram os princípios das Leis Gerais da República e ficaram matérias.

Portanto, eu penso que, em benefício da Região, o que a Constituição diz é que há ou não competência em determinadas matérias, lendo numa interpretação actualista, obviamente, o Estatuto ainda vigente, designadamente na sua cláusula residual, como já tem sido usada, e como inclusive foi em diplomas assinados pelo último Ministro da República.

Portanto, Sr. Deputado, ou nós temos competência ou não temos. Ainda bem que acha que temos!

Vamos ficar por aqui e remeter todas as outras questões legítimas, aliás como todas, para matéria puramente política. Acho que ficamos todos muito melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Não há nenhuma proposta de alteração para os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º. Estão à discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar estes cinco artigos.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vou pôr agora à discussão uma Proposta de Aditamento do artigo 1º-A que tem como epígrafe “Garantia de pluralismo”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de esclarecer, para que não fiquem dúvidas nem suspeitas sobre esta matéria, quanto à posição do Partido Social Democrata, que este aditamento que tem como epígrafe “Garantia de pluralismo”, é claramente insuficiente, do ponto de vista do Partido Social Democrata, para assegurar o princípio do pluralismo, passe a redundância, que assegura o artigo 3º da Lei 40/2006, de 25 de Agosto.

Para que não restem dúvidas, o artigo 3º da Lei 40/2006, sob a mesma epígrafe “Garantia de pluralismo”, assegura que os titulares de órgãos, de âmbito correspondente à entidade organizadora, são convidados para as cerimónias oficiais, bem como os titulares de órgãos do escalão imediatamente inferior, e esta parte do escalão imediatamente inferior apenas se aplica no plano do poder local.

Esta solução que o Partido Socialista apresenta, e que vem do trabalho em Comissão, é claramente insuficiente face ao artigo da Lei 40/2006, na medida em que apenas garante uma representação razoável de membros da maioria e da oposição. Ora, como todos sabemos, uma proporção razoável é inferior à totalidade dessa representação que o artigo 3º da Lei 40/2006 assegura na sua plenitude.

Para que não fiquem dúvidas também, os Srs. Deputados do Partido Socialista copiaram, nalguns aspectos, os princípios que lhes interessava copiar da Lei do Protocolo do Estado, mas esqueceram aqueles princípios que lhes convinha esquecer e curiosamente o princípio que ficou esquecido foi a garantia do pluralismo.

Dirão, se calhar, os Srs. Deputados que foi um erro de “*copy/paste*”. Esperamos pelo esclarecimento.

(Neste momento o Sr. Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi efectivamente um “*copy/paste*”, mas um “*copy/paste*” da pressão que unanimemente a Comissão aprovou em Junho de 2006 na proposta que fez à Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista retomou a versão que a Comissão tinha proposto em 2006 no âmbito da audição dos diplomas nacionais e colocou-a com um âmbito ainda maior na proposta de alteração que o Partido Socialista apresentou em Comissão e já subscreveu neste plenário.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar esta Proposta de aditamento de um artigo 1º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário A proposta de aditamento foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 votos a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 6º. Para este artigo existe uma proposta de alteração que vem da Comissão. Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era para pedir que, se possível, fosse votado separadamente os n.ºs. 7, 25 e 37.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração que vem da Comissão e é subscrita pelo PS, desde o n.º 1 ao 6.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos agora votar o n.º 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora desde os n.ºs 8 ao 24.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o n.º 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora desde o n.º 26 ao 36.º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Os números anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o n.º 37.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário O nº 37 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD e 1 voto contra do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o nº 38.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O nº 38 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Em relação aos artigos 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º e 13º não existem propostas de alteração. Estão à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, quais os artigos que estão em debate?

Presidente: Estão em debate do artigo 7º ao 13º.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 9º, tristemente célebre artigo 9º!

Este artigo 9º tem dois números relevantes, um primeiro número que, interpretado na sistemática do artigo, confere ao Presidente do Governo Regional uma precedência absoluta em qualquer cerimónia protocolar na Região, quando não esteja presente o Presidente da Assembleia da República, o Representante da República e o Presidente da Assembleia Legislativa, mesmo que esteja presente o Sr. Primeiro-Ministro. Coisa estranha e à margem do que propõe e define o Protocolo de Estado.

Isto é, numa cerimónia na Região Autónoma dos Açores, quando não estiverem presentes as entidades que acabei de referir, mesmo estando presente o Sr. Primeiro-Ministro, preside o Sr. Presidente do Governo Regional.

Em segundo lugar, o nº 2 deste artigo 9º confere nas cerimónias organizadas pelo Governo Regional dos Açores a precedência ao Sr. Presidente do Governo, postergando para um outro lugar o Representante da República e o Presidente da Assembleia Legislativa.

Assinala o PSD a contradição deste artigo com a lista de precedências que foi aprovada agora com os votos da maioria que estabelece uma hierarquia diferente: Representante da República, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Governo Regional. Esta hierarquia é subvertida nas cerimónias organizadas pelo Governo Regional sem que se perceba a sua razão de ser.

Para o Partido Social Democrata esta norma é uma norma ilegal que viola o Protocolo de Estado e viola o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e como norma ilegal que é, não deveria ser aprovada. Daí que o Partido Social Democrata votará também contra esta disposição, por uma questão de princípio e de legalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez, Sr. Deputado Pedro Gomes, a boca fugiu para a verdade.

O Sr. Deputado Pedro Gomes hoje está verdadeiramente nacionalista e centralista, porque disse que esta norma é ilegal, porque há um Protocolo de Estado. O que é o Protocolo de Estado? É uma lei!

Contradiz aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer em resposta directa à minha pergunta. Já não temos competência Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Primeiro-Ministro é a 4ª figura do Estado, quer haja lei, quer não haja lei!

O Orador: Não. Desculpe. Há lei. Antes não havia lei. Agora há lei.

E num Estado de direito (onde é que eu já ouvi isso hoje?!) parece que se deve cumprir a lei e os formalismos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, não é? Deve-se cumprir a lei!

Portanto, antes não era regulado por lei, havia um conjunto de praxes e um conjunto de protocolos, aliás, com pequenas variações. Agora há uma lei.

A questão é outra, Sr. Deputado. O Sr. Deputado caiu outra vez em contradição e, afinal, quando respondeu directamente à minha pergunta, ou já mudou de opinião, ou assustou-se com a clareza da pergunta ou então não nos entendemos Sr. Deputado.

Não há aqui (que fique claro!) nenhuma violação da lei, porque nós temos competência para legislar nesta matéria. De acordo, Sr. Deputado Pedro Gomes? Parece-me que estamos de acordo.

Há bocadinho estávamos. Há 5 ou 7 minutos estávamos todos. Agora parece que não estamos.

Gostava de lembrar-lhe outra coisa, já que o senhor hoje acordou assim, com esse espírito centralista:

O que se consagra aqui não é mais do que uma regra geral que está no Protocolo de Estado que diz que, em regra e como princípio, as cerimónias devem ser presididas pela entidade que as organiza.

Já que gosta tanto de Protocolo de Estado, leia também essa norma, Sr. Deputado Pedro Gomes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar desde o artigo 7º até ao 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Para o artigo 14º há uma proposta de eliminação do nº 2.

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 29 votos a favor do PS e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do artigo 14º foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Artigo 15º.

Para este artigo temos uma proposta de alteração.

Está aberto o debate.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar a parte restante do artigo 15º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A parte restante do artigo 15º foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Vamos votar agora desde o artigo 16º até ao final.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o Projecto de Decreto Legislativo Regional – Regime das Precedências Protocolares e Luto Regional na Região Autónoma dos Açores, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 votos contra do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto para explicar o sentido do meu voto contra algumas alíneas do artigo 6º. Justamente por não concordar com o alinhamento na lista de precedências, votei contra.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de aprovar uma lei!

Acabámos de aprovar uma boa lei!

Exercitámos os poderes que a Região tem ao nível legislativo e que decorrem directamente da Revisão Constitucional de 2004.

Usámos, ao nível material, as nossas diferenças, as nossas especificidades organizativas, administrativas e de carácter político regional e consagramo-las em lei apropriada.

Trata-se de um diploma equilibrado, de um bom diploma.

Mais uma vez (mas a democracia é assim mesmo!) o Grupo Parlamentar do PSD é o único que “continuará a marchar com o passo certo”.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estávamos perante a aprovação de um diploma que tem a importância de constituir uma oportunidade para clarificar a relação institucional entre titulares de cargos públicos e políticos.

Esta é uma oportunidade e é também importante que se entenda a importância deste diploma no sentido do respeito e da consideração institucional que os titulares destes cargos devem ter.

Durante o percurso legislativo, com os entorses que foi tendo ao longo do processo, houve, de facto, alguma aproximação do PS no âmbito das alterações que em sede de comissão foi introduzindo, mas o que é certo, e como muito bem foi referido pelo PSD, existe uma série de aspectos que merecem a nossa clara discordância. Alguns com maior ou menor importância, mas todos eles, realçam de facto que algumas

irregularidades não demonstram, da forma como entendemos que deviam demonstrar, a reprodução em termos protocolares daquilo que é o necessário respeito e consideração dos respectivos titulares.

Para além de todos estes aspectos que foram anunciados, o PSD incide fundamentalmente a sua discordância sobre dois aspectos. Dois aspectos que revelam exactamente aquilo que é o propósito do Partido Socialista ao aprovar este diploma que é contrário claramente àquilo que vem sendo defendido pelo PSD. Desde logo, a questão do pluralismo.

Quando se tenta fundamentar a nossa Autonomia, a nossa especificidade, para podermos legislar como o PS bem quer, fica esta curiosidade, esta curiosidade que muito dificilmente alguém consegue explicar, é que quando se transpõe para o ordenamento jurídico regional o princípio do pluralismo previsto na Lei 40/2006 (e este princípio tem subjacente duas dimensões fundamentais, a da eleição e a da antiguidade) curiosamente, o que é que o Partido Socialista acha que é importante transpor?

Apenas e só a antiguidade. Isto é, o Partido Socialista, em pleno Séc. XXI, 30 anos depois de Abril, entende que há uma especificidade regional que leva a que não se preveja nos Açores a prioridade electiva que está prevista a nível nacional.

Curiosa especificidade esta! Curiosa especificidade deste Partido Socialista para quem os cargos electivos não devem ter a prioridade que têm no resto do território nacional como acontece ao nível da República.

Esta especificidade de não dar prevalência aos cargos electivos, reflecte de forma clara e assumida...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Onde é que isso está?

Deputado Alberto Pereira (PSD): Na proposta não está, precisamente!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Artigo 9º!

O Orador: ... aquilo que é o propósito do Partido Socialista.

Por outro lado, o Partido Socialista com esta proposta faz com que o Presidente do Governo tenha prioridade na maioria dos actos públicos que ocorrem na Região.

A partir de agora, a partir da aprovação deste diploma, o Presidente do Governo Regional dos Açores passa a ter prioridade sobre o Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores na maioria dos actos públicos na Região.

E há esta curiosidade:

Vamos supor que, por exemplo, vai estar na Região num acto organizado pelo Presidente do Governo, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro.

O Presidente da Assembleia da República tem prioridade sobre o Primeiro-Ministro, mas na Região o Presidente da Assembleia está atrás do Presidente do Governo.

Como é que isso se consegue explicar democraticamente e, sobretudo, estando nós num sistema político parlamentar puro, que o Presidente do Parlamento fique atrás do Presidente do Governo em qualquer cerimónia que ocorra nos Açores?

Foi aqui dito que o PSD está preocupado com o nome dos Presidentes.

O PSD não está preocupado com o nome dos presidentes, está preocupado com a efectiva dignificação dos órgãos e das instituições, quaisquer que sejam!

Quem mudou de posição foi o Partido Socialista.

O Partido Socialista, há alguns anos atrás, através de um conhecido então deputado do PS, manifestava-se contra, e cito: “(...) qualquer apagamento da imagem política pública da Assembleia como órgão de Governo próprio da Região, autónomo e predominante em relação ao executivo”. E falava este deputado exactamente em questões protocolares.

O Partido Socialista na altura entendia que o Presidente do Parlamento deveria ter sempre prioridade sobre o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Curiosamente, hoje, defende o contrário. Curiosidades que os Srs. Deputados, por muito esforço que façam, não conseguem esclarecer.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Da parte do PSD o que quisemos que ficasse aqui claramente demonstrado é que, em primeiro lugar, estão os princípios e o respeito claro pelas instituições.

Por isso, votámos contra, porque com este projecto agora aprovado pela maioria do Partido Socialista violam-se princípios que entendemos essenciais, desde logo, o

princípio do pluralismo e o princípio do respeito pelo Parlamento e da prioridade do Parlamento em relação aos executivos.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 15 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Jorge Alberto da Costa Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José de Sousa Rego

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Partido Social Democrata (PSD)

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Relatório de actividades da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – 03/2007

Capítulo I GENERALIDADES

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- **António Toste**
- **Hélder Silva**
- **Hernâni Jorge**
- **José Ávila**
- **Mariana Matos**
- **Rogério Veiros**

b) Partido Social Democrata (PSD)

- **Alberto Pereira**
- **José Manuel Nunes**
- **Mark Marques**
- **Pedro Gomes**

c) Deputado Independente

- **Paulo Gusmão**

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente – **Hernâni Jorge (PS)**

Relator – **Rogério Veiros (PS)**

Secretário – **Mark Marques (PSD)**

Capítulo II

REUNIÕES EFECTUADAS

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 1 de Março de 2007, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, e no dia 6 de Março de 2007, na sede da Assembleia Legislativa, na Horta.

Capítulo III

TRABALHOS REALIZADOS

Na reunião de 1 de Março de 2007, a Comissão desenvolveu os seguintes trabalhos:

1. Apreciação, relato e emissão de parecer sobre o Pedido de Autorização para os Deputados Manuel Herberto Santos da Rosa, António Maria Gonçalves e José Manuel Dias Bolieiro prestarem depoimentos, na qualidade de testemunhas, nos autos do processo comum singular n.º 7/06.4TASCF, a correr termos no Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores;
2. Início da apreciação do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2007 – Regime das precedências protocolares e do luto regional da Região Autónoma dos Açores;
3. Apreciação, relato e emissão de parecer, no âmbito da audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, sobre as seguintes iniciativas:
 - 3.1. Projecto de Decreto-Lei REG.DL 54/2007 – Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março de 2002, relativa à organização do tempo de

trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário;

- 3.2. Projecto de Decreto-Lei REG.DL 14/2007 – Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

Na reunião de 6 de Março de 2007, a Comissão desenvolveu os seguintes trabalhos:

1. Conclusão da apreciação, relato e emissão de parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2007 – Regime das precedências protocolares e do luto regional da Região Autónoma dos Açores;
2. Elaboração e aprovação do relatório de actividades da Comissão, a que se refere o artigo 103.º do Regimento.

Capítulo IV

TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão da apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007 – Cria a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores;
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2007 – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de Maio (Regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais);
- Projecto de Resolução n.º 26/2006 – Recomenda que o Governo Regional dos Açores promova as medidas adequadas tendo em vista a revalorização e reestruturação da carreira de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes;
- Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 0002/2005 – Reserva Natural Regional da Dorsal Médio-Atlântica dos Açores.

Horta, 6 de Março de 2007

O Relator, *Rogério Veiros*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 0001/2007 – Regime das Precedências Protocolares e do Luto Regional da Região Autónoma dos Açores

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu nos dias 1 e 6 de Março de 2007, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada, e na sede da Assembleia Legislativa, na Horta, respectivamente.

Da agenda de ambas as reuniões constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 0001/2007 – Regime das precedências protocolares e do luto regional da Região Autónoma dos Açores.

O mencionado Projecto de Decreto Legislativo Regional, da autoria do Partido Socialista, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 23 de Fevereiro de 2007, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, para relato e emissão de parecer, até 23 de Março de 2007.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A iniciativa legislativa originária dos deputados regionais funda-se no disposto nos artigos 23.º, n.º 1, alínea *b)*, e 39.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A competência legislativa da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 4 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas *hh)* do artigo 8.º e *c)* do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

As regras relativas às precedências do Protocolo do Estado constam da Lei n.º 40/2006, de 25 de Agosto.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

O Projecto de Decreto Legislativo Regional em apreciação visa o estabelecimento do regime das precedências protocolares, aplicável nas cerimónias regionais, e do luto regional da Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa em apreciação fundamenta-se na particular configuração que as regras das precedências protocolares assumem no quadro da autonomia política, devendo o cerimonial regional reflectir a estrutura constitucional da Autonomia e traduzir a percepção que a sociedade tem dos titulares dos diversos órgãos e poderes.

Afirmando o pluralismo e a dimensão democrática da Autonomia, o projecto dignifica o estatuto da oposição, atribuindo relevância protocolar aos líderes regionais dos partidos da oposição, destacando o papel do líder do maior partido da oposição, o qual é objecto de tratamento diferenciado.

A presente iniciativa tipifica, ainda, a declaração de luto regional pelo falecimento do Presidente da Assembleia Legislativa, dos membros do Governo Regional, dos antigos Presidentes da Assembleia Legislativa e do Governo Regional, assim como pelo falecimento de personalidade ou ocorrência de evento de excepcional relevância.

b) Na especialidade

Na apreciação na especialidade, a Comissão deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, propor as seguintes alterações:

“ [...]

Artigo 1.º A

Garantia de pluralismo

Em cerimónias oficiais organizadas por órgãos de composição pluripartidária e em outras ocasiões de representação destes órgãos deve ser assegurada a presença, em proporção razoável, de membros da maioria e da oposição.

Artigo 6.º

[...]

[...]

1. [corresponde à alínea a) do Projecto]
2. [corresponde à alínea b) do Projecto]
3. [corresponde à alínea c) do Projecto]
4. **Vice-Presidentes do Governo Regional;**
5. [corresponde à alínea e) do Projecto]
6. [corresponde à alínea f) do Projecto]
7. **Líder regional do maior partido da Oposição;**
8. **Vice-Presidentes da Assembleia Legislativa e Presidentes dos Grupos e Representações Parlamentares na Assembleia Legislativa;**
9. **Presidentes das comissões parlamentares permanentes da Assembleia Legislativa;**
10. [corresponde à alínea j) do Projecto]
11. [corresponde à alínea l) do Projecto]
12. [corresponde à alínea m) do Projecto]
13. [corresponde à alínea n) do Projecto]
14. [corresponde à alínea o) do Projecto]
15. [corresponde à alínea r) do Projecto]

16. *Juiz Presidente e Procurador da República do Círculo Judicial onde se realiza a cerimónia;*
17. *Juiz e Procurador da República da Comarca onde se realiza a cerimónia;*
18. *[corresponde à alínea s) do Projecto]*
19. *[corresponde à alínea t) do Projecto]*
20. *[corresponde à alínea u) do Projecto]*
21. *[corresponde à alínea v) do Projecto]*
22. *[corresponde à alínea x) do Projecto]*
23. *[corresponde à alínea z) do Projecto]*
24. *[corresponde à alínea aa) do Projecto]*
25. *Líderes regionais dos partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa;*
26. *[corresponde à alínea cc) do Projecto]*
27. *Chefes de Gabinete do Representante da República, do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Governo Regional;*
28. *Comandantes regionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana;*
29. *[corresponde à alínea ee) do Projecto]*
30. *[corresponde à alínea ff) do Projecto]*
31. *[corresponde à alínea gg) do Projecto]*
32. *Assessores e adjuntos do Representante da República, do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Governo Regional;*
33. *[corresponde à alínea hh) do Projecto]*
34. *[corresponde à alínea ii) do Projecto]*
35. *[corresponde à alínea jj) do Projecto]*
36. *[corresponde à alínea mm) do Projecto]*
37. *Líderes regionais dos partidos políticos sem representação na Assembleia Legislativa;*
38. *[corresponde à alínea nn) do Projecto]*

[...]

[...]

2. [a eliminar]

Artigo 15.º

[...]

1. [...]

2. *Os Presidentes de Câmara presidem às cerimónias **realizadas nos paços do concelho ou organizadas pela respectiva câmara**, excepto se estiverem presentes o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Representante da República, o Presidente da Assembleia Legislativa ou o Presidente do Governo Regional.”*

Para melhor análise e percepção da lista de precedências constante do artigo 6.º do Projecto, transcreve-se a mesma contemplando as alterações supra propostas:

1. Representante da República para a Região Autónoma dos Açores;
2. Presidente da Assembleia Legislativa;
3. Presidente do Governo Regional;
4. **Vice-Presidentes** do Governo Regional;
5. Secretários e Subsecretários Regionais;
6. Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa e antigos Presidentes do Governo Regional;
7. **Líder regional** do maior partido da Oposição;
8. Vice-Presidentes da Assembleia Legislativa e Presidentes dos Grupos e **Representações Parlamentares na Assembleia Legislativa**;
9. Presidentes das comissões parlamentares **permanentes** da Assembleia Legislativa;
10. Deputados à Assembleia da República eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores;
11. Deputados à Assembleia Legislativa;
12. Deputados ao Parlamento Europeu indicados pelas estruturas regionais dos partidos políticos;

13. Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas;
14. Procurador Geral Adjunto da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas;
15. Comandante Operacional dos Açores;
16. Juiz Presidente e **Procurador da República** do Círculo Judicial onde se realiza a cerimónia;
17. **Juiz e** Procurador da República da Comarca onde se realiza a cerimónia;
18. Comandantes das Zonas Militar, Marítima e Aérea dos Açores;
19. Presidentes dos Conselhos de Ilha;
20. Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores;
21. Reitor da Universidade dos Açores;
22. Presidentes das câmaras municipais;
23. Presidentes das assembleias municipais;
24. Vereadores das câmaras municipais;
25. Líderes regionais dos partidos políticos **com representação na Assembleia Legislativa**;
26. Presidentes das estruturas regionais das Ordens Profissionais;
27. **Chefes de Gabinete** do Representante da República, do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Governo Regional;
28. **Comandantes regionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana**;
29. Presidentes das juntas de freguesia;
30. Membros das assembleias municipais;
31. Presidentes das assembleias de freguesia e membros das juntas e das assembleias de freguesia;
32. **Assessores e adjuntos do Representante da República**, do Presidente da Assembleia Legislativa e do Presidente do Governo Regional;
33. Chefes dos gabinetes dos membros do Governo Regional;
34. Directores regionais e presidentes dos institutos públicos, ou sociedades anónimas de capitais públicos, pela ordem dos respectivos departamentos e dentro destes da respectiva lei orgânica;

35. Secretários-gerais da Assembleia Legislativa e da Presidência do Governo Regional;
36. Assessores e adjuntos dos membros do Governo Regional;
- 37. Líderes regionais dos partidos políticos sem representação na Assembleia Legislativa;**
38. Cargos dirigentes, ou equiparados, da administração regional autónoma e da administração local, pela ordem dos respectivos departamentos, ou autarquias, e dentro destes da respectiva orgânica.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS*, autor da iniciativa legislativa, reiterou o entendimento de que é necessário que o regime das precedências protocolares, aplicável nas cerimónias regionais, e do luto regional da Região Autónoma dos Açores reflecta a estrutura constitucional da Autonomia e traduza a percepção que a sociedade tem do papel dos titulares dos diversos órgãos e poderes.

O *Grupo Parlamentar do PSD* emitiu uma intenção de voto contra a presente iniciativa.

Entende o PSD que a admissibilidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional em apreciação não cumpriu, como devia, os requisitos formais previstos no artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa, e não é, na sua substância, equilibrado nas soluções protocolares que preconiza. O Projecto não reflecte a representação dos diversos poderes fácticos no plano regional e não respeita princípios e regras fundamentais decorrentes do regime do protocolo de Estado, aprovado pela Lei n.º 40/2006, de 25 de Agosto, as quais não podem – nem devem – ser afastadas por legislação regional, sob pena de flagrante violação de lei.

As regras de precedência estabelecidas nesta iniciativa legislativa colocam em causa os princípios da garantia do pluralismo, da precedência das altas entidades eleitas sobre as não eleitas e da precedência de figuras do Estado e de órgãos de soberania sobre órgãos regionais.

Em alguns dos seus aspectos, a iniciativa legislativa fere o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, não podendo ser relatado sem que as normas violadoras do Estatuto sejam expurgadas.

O Grupo Parlamentar do PSD relembra a posição que assumiu, no Relatório e Parecer desta Comissão, emitidos, em 16 de Junho de 2006, no âmbito da audição desta Assembleia Legislativa quanto aos Projectos de Lei nº 260/X e 261/X: *“as regras do cerimonial ou do protocolo de Estado devem ser aplicadas a todo o território português, sem prejuízo de, na sequência de Lei, se verificar da necessidade de estabelecer por meio de Decreto Legislativo Regional regras próprias quanto ao cerimonial ou ao protocolo da Região, as quais se deverão articular com aquelas.”*

O PSD, lamenta, por fim, a circunstância de não ter sido possível obter um amplo consenso sobre esta iniciativa legislativa, mercê duma inusitada celeridade na emissão de parecer e relato por parte desta Comissão, que suscita merecido reparo.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, quer na generalidade quer na especialidade, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela importância da iniciativa legislativa e pela necessidade de se estabelecer um regime específico das precedências protocolares, aplicável nas cerimónias regionais, e do luto regional da Região Autónoma dos Açores, nos termos propostos, e deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e os votos contra do PSD, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 0001/2007 – Regime das precedências protocolares e do luto regional da Região Autónoma dos Açores –, sugerindo-se, contudo, na sequência do debate gerado na apreciação em Comissão, algumas propostas de alteração ao articulado do projecto.

Consequentemente, o Projecto de Decreto Legislativo Regional está em condições de ser agendado para debate e votação em reunião plenária.

Horta, 6 de Março de 2007

O Relator, *Rogério Veiros*

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do PS e os votos contra do Grupo Parlamentar do PSD.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais sobre o Projecto de Lei 347/X que “determina a realização de concurso para a selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o ano lectivo de 2007/2008”

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 6 de Março de 2007 a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Lei 347/X que “determina a realização de concurso para a selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário para o ano lectivo de 2007/2008”.

CAPÍTULO I

Enquadramento Jurídico

O Projecto de Lei é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho da Presidência da Assembleia da República.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos

termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO II

Apreciação

O projecto de Lei em apreciação considera negativos os efeitos dos concursos plurianuais previstos no Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro pelo que incumbe o Governo de proceder à sua “adaptação” e à realização de novo concurso interno e externo para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundários para o ano lectivo de 2007/2008, que venha corrigir o que considera serem “ilegalidades e erros cometidos no último concurso”.

Na sequência da análise deste projecto de Lei, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera oportuno salientar os seguintes aspectos:

A Lei Constitucional n.º 1/2004 de 24 de Julho, no seu artigo 227º define as Regiões Autónomas como “pessoas colectivas territoriais” recolhendo-lhes um conjunto de poderes “a definir pelos respectivos estatutos”, sendo que a alínea a) determina como competência “legislar no âmbito regional em matérias enunciadas no respectivo estatuto político-administrativo e que não sejam reservadas aos órgãos de soberania”.

Nos termos da mesma Lei e de acordo com o artigo 46º o âmbito material da competência legislativa da Região Autónoma dos Açores é o constante do artigo 8º do respectivo estatuto político-administrativo até à sua eventual alteração.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, Lei 61/98, ao definir os poderes legislativos ou de iniciativa da Região claramente consagra a educação como matéria da competência dos órgãos de soberania regionais.

Na concretização destes poderes a Região publicou o Decreto Legislativo Regional nº 27/2003/A – Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores – que veio estabelecer regras de concurso adaptadas à situação específica dos quadros docentes regionais e à sua previsível evolução, visando garantir a sua estabilidade como forma de contribuir para a promoção da qualidade do ensino na Região.

CAPÍTULO III

Parecer

Assim, no respeito pelos princípios autonómicos constitucionalmente consagrados, face anteriormente exposto e à não aplicabilidade do diploma em apreço à Região Autónoma dos Açores, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por unanimidade, não emitir parecer.

Horta, 6 de Março de 2007.

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Cláudia Cardoso*

—

A Redactora, *Maria da Conceição Fraga Branco*